



**PORTARIA Nº 004/SUPECOL/PMJP/2026**

Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

**CONSIDERANDO**, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

**CONSIDERANDO** que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

**CONSIDERANDO** que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de organizar e racionalizar os procedimentos administrativos relativos à elaboração de editais, avisos e atos correlatos, estabelecendo atribuições específicas à nova servidora designada, sem prejuízo da atuação excepcional dos Pregoeiros ou Agentes de Contratação, quando necessário à continuidade e eficiência dos processos de contratação pública, observando-se o princípio da segregação de funções;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

**Art. 2º** Compete à servidora designada:

I elaborar, revisar, ajustar e finalizar os editais de licitação e seus anexos;

II elaborar avisos, termos e demais atos necessários à instrução e divulgação dos procedimentos de contratação;

III realizar as adequações técnicas necessárias nos instrumentos convocatórios e documentos correlatos relativos às modalidades licitatórias e às contratações diretas, incluindo Dispensa, Inexigibilidade e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Nos editais, avisos e atos correlatos deverá constar:

I a assinatura da servidora designada como Elaboradora;

II a assinatura do Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para condução do certame, que figurará como Responsável, ratificando as informações constantes no instrumento convocatório.

**Art. 4º** Excepcionalmente, quando não for possível a elaboração dos instrumentos convocatórios pela servidora designada, em razão de ausência, impedimento, incompatibilidade de demanda ou necessidade administrativa, o Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá elaborar o edital ou ato correspondente de forma isolada, assumindo a responsabilidade pela elaboração do instrumento convocatório e pela condução do respectivo procedimento de contratação..

**Parágrafo único.** A excepcionalidade prevista no caput deverá observar os fundamentos relacionados à eficiência administrativa, à continuidade do serviço público e à insuficiência de pessoal capacitado, em conformidade com os princípios administrativos e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 06 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

**LOURRANT CANTÃO PESSOA**  
Superintendente de Compras e Licitações  
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 06/03/2026 às 13:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2494674** e o código verificador **84CF6ADD**.

Docto ID: 2494674 v1



**DECRETO N. 0168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

**Nomeia Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** o teor do Decreto n. 017, de 06 de janeiro de 2025 ([ID 1494260](#));

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeada Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Urupá, em 05 de fevereiro de 2026

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/02/2026 às 19:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2407794** e o código verificador **70FE8AE9**.

Docto ID: 2407794 v1



**DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

*[assinado eletronicamente]*  
**AFFONSO CÂNDIDO**  
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.jf-parana.ro.gov.br](http://eproc.jf-parana.ro.gov.br), informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

---

Docto ID: 2613313 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90010/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-12638/2023 - SEMASF**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a reforma e adaptações de acessibilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 19/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO por empreitada, por preço global

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:** AMPLA PARTICIPAÇÃO

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 113.379,55 (Cento e treze mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

**FONTE DE RECURSOS:**

FICHA 1592

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 28 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍL

022801 GABINETE DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAM

08 Assistência Social

08 122 Administração Geral

08 122 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA

08 122 0001 2051 0000 Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família - SEMASF

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150- Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br)

**Ji-Paraná-RO, 29 de abril de 2026.**

**ELABORADO POR**

**Danielly Melo De Souza**

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**RESPONSÁVEL**

**Thaynara de Sousa Marconi Leite**

Agente de Contratação/Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90010/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, seus Agentes de Contratação e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto n. 0703/GAB/PMJP/2026 e Decreto Municipal n. 004/GAB/PMJP/2026, torna público aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa ABERTA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados à licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 19 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG:** 980005

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 1-12638/2023 – SEMASF

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a reforma e adaptações de acessibilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Não poderão** disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, **nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital**, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que **a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando **apto a usufruir do tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

**4.2. Não se admitirão propostas que apresentem preços unitários e/ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero.**

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas lances.

4.5. Antes da abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

**4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão **de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional**, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.12. Apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.13. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.14.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão **encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global por empreitada**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual



de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. **No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 5.18. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.2. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.3.2. Empresas brasileiras;

5.21.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no **prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM** ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço **permanença superior** ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.24. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.25. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 5.25.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 5.25.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.26. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.26.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 5.26.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 5.26.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 5.26.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor **cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.27. Se houver **indícios de inexequibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.28. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



5.29. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.30. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.31. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.32. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.33. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.34. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.35. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.36. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.37. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei Federal n. 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens neste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração *do serviço*.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fim de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivo agendado com a Administração da Secretaria Municipal de Saúde.**

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no item acima por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 04 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no ANEXO III do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para** (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação **poderá sanar erros ou falhas**, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Os documentos necessários à habilitação, deverão ser inseridos no sistema, juntamente com a proposta de preços, e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.3. comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.4. cometer fraude fiscal.

10.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. Multa moratória de:

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

10.2.3. Multa compensatória:

10.2.3.1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese:

10.2.3.2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;

10.2.3.3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;

10.2.3.4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo

10.2.3.5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;

10.2.3.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;

10.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. As sanções previstas nos subitens 10.3.1 e 10.3.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.

10.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração;

10.6.2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;

10.6.3. A vantagem auferida em virtude da infração;

10.6.4. Os antecedentes da empresa; e

10.6.5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.

10.7. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.

10.8. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:

10.8.1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;

10.8.2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.

10.9. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.

10.10. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:

10.10.1. - a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

10.10.2. - a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;

10.10.3. - a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.

10.11. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.

10.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.16. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

10.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.18. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

12.1. Os preços dos serviços do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação do valor estimado, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas FGV, acumulado em 12 (doze) meses;

12.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação do orçamento estimado, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei 14.133/2021).

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. **ANEXO I – Projeto Básico**

**13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**

13.11.2. **ANEXO II – Planilha Orçamentária;**

13.11.3. **ANEXO III – Modelo de Proposta;**

13.11.4. **ANEXO IV – Documentos de Habilitação;**

13.11.5. **ANEXO V – Declaração unificada;**

13.11.6. **ANEXO VI – Visita Técnica ou Declaração de Desistência;**

13.11.7. **ANEXO VII – Minuta de Contrato.**

Ji-Paraná, 29 de abril de 2026.

#### **ELABORADO POR**

**Danielly Melo De Souza**

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

#### **RESPONSÁVEL**

**Thaynara de Sousa Marconi Leite**

Agente de Contratação/Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



## PROJETO BÁSICO

### OBRA DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LIBERDADE ASSISTIDA - CREAS/LA

#### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa de construção civil para executar serviço comum de engenharia para reforma e adequação da edificação atual para atendimento à NBR 9050 (Acessibilidade) e demais normas aplicáveis das instalações prediais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA.

Conforme Documentos Especificação [Especificação ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA de 08/10/2025 \(ID 2100661\)](#), o objeto definido nesta especificação técnica consiste na elaboração completa do Projeto Executivo da OBRA DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LIBERDADE ASSISTIDA - CREAS/LA, contemplando o desenvolvimento de todos os elementos técnicos, gráficos e descritivos necessários para a plena caracterização da obra a ser executada.

Esse projeto deverá incluir plantas, cortes, elevações, memoriais descritivos, especificações de materiais, detalhes construtivos, cronogramas, orçamentos e demais documentos exigidos para garantir a viabilidade técnica, econômica e legal da intervenção, em conformidade com as normas vigentes e diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

**Local de prestação do serviço** - CREAS/LA, situado à Av. Mato Grosso, 3042 - Dom Bosco - CEP.: 76.907-810 - Ji-Paraná/RO

**Responsável técnico** - RTT - Registro de Responsabilidade Técnica RRT de 10/10/2025 (ID 2108033) - GRAZIELLA GOMES PIRES - Arquiteta e Urbanista - CAU 00A311309

**Proponente/Contratante** - Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF

Fundamentação legal do instrumento - artigo 6º, inciso XXV e alíneas:

XXV - **projeto básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos [incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei](#);

## **Classificação da obra e/ou serviços**

1.2. O objeto deste Projeto Básico classifica-se como serviço comum de engenharia, uma vez que envolve a execução de intervenções de natureza rotineira, padronizada e com soluções técnicas correntes no mercado da construção civil, tais como: demolição e reconstrução de piso, adequação de banheiros, ajustes em portas e rotas de fuga, além da instalação de elementos de acessibilidade conforme a NBR 9050/2020.

1.2.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS/LA, abrangendo melhorias físicas, estruturais e de infraestrutura, bem como a adequação integral do imóvel às normas de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050 e demais legislações aplicáveis, visando assegurar plena acessibilidade, funcionalidade e qualidade no atendimento oferecido.

1.3. Não se trata, portanto, de serviços especiais ou de complexidade técnica elevada, mas sim de adequações de caráter convencional, com especificações objetivas e de fácil definição, que permitem ampla competitividade entre os potenciais contratados.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a reforma das instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS/LA, unidade integrante da rede socioassistencial do

Município, responsável pelo atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de violação de direitos.

2.1.1. O imóvel atualmente utilizado apresenta desgaste estrutural, inadequações funcionais e limitações físicas que comprometem a qualidade e a segurança dos serviços prestados, além de não atender plenamente às normas técnicas de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050 e demais legislações correlatas. Tais condições dificultam a mobilidade de usuários e servidores, prejudicam o fluxo de atendimento e podem acarretar riscos operacionais e estruturais, como se observa no [Relatório RELATÓRIO FOTOGRAFICO de 08/10/2025 \(ID 2100649\)](#):

imagens folha 3:





Figura 1: Entrada principal sem acessibilidade.



Figura 2: Calçada da entrada principal.



Figura 3: Forro beiral



Figura 4: Piso da cozinha

imagens folha 4:





Figura 5: Piso Banheiro



Figura 6: Piso Banheiro



Figura 7: Banheiro de uso público sem barra e chapa de aço inox.



Figura 8: Banheiro sem barras de apoio.

2.1.2. Assim, a execução dos serviços de reforma e de adequação às normas de acessibilidade mostra-se imprescindível para assegurar condições adequadas de atendimento, garantir acessibilidade universal, promover a integridade física dos usuários e servidores, e assegurar a conformidade legal e técnica da unidade.

2.1.3. A intervenção proposta permitirá ampliar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo CREAS/LA, reforçando o compromisso da administração pública com o atendimento digno, seguro e acessível à população em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a contratação é necessária,

oportuna e plenamente justificada, considerando o interesse público e a continuidade dos serviços socioassistenciais.

2.2. Nesse cenário, a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo está disciplinada no artigo 11 da referida lei, nos seguintes termos:

Art. 11. A construção, ampliação ou **reforma** de **edifícios** públicos ou privados **destinados ao uso coletivo** deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem **acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.3. A intervenção proposta tem como objetivo promover a reforma e adequação integral da edificação, contemplando soluções construtivas em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2020 e demais normas correlatas, de modo a assegurar acesso seguro, autonomia e conforto aos usuários e servidores.

2.4. Entre as principais inadequações observadas e as respectivas ações corretivas propostas, destacam-se:

- a. Banheiros - os sanitários existentes não atendem aos parâmetros de acessibilidade, pois não dispõem de barras de apoio, área de manobra para cadeira de rodas nem portas com largura adequada. Será realizada a reforma completa dos banheiros, com instalação de barras de apoio, substituição das portas por modelos com largura mínima de 0,90 m e instalação de chapa de aço inox para proteção inferior das folhas e troca do piso (revestimento);
- b. Entrada principal - a área de acesso não atende aos requisitos de acessibilidade e segurança, demandando a execução de nova calçada acessível, com inclinação adequada (se for o caso), piso regular, firme e antiderrapante, garantindo o acesso nivelado ao interior da edificação;
- c. Calçada frontal - encontra-se irregular e fora do padrão de acessibilidade, dificultando a circulação de pedestres, especialmente de pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida. Está prevista a construção de nova calçada em toda a extensão frontal do imóvel, conforme parâmetros da NBR 9050;

d. Edificação - o revestimento de piso e o forro do beiral encontram-se deteriorados e serão substituídos integralmente, contribuindo para a melhoria das condições de segurança, conforto e durabilidade da edificação.

2.5. A execução desta obra é imprescindível para garantir o cumprimento da legislação vigente e o direito fundamental à acessibilidade universal, eliminando as barreiras físicas que hoje inviabilizam o pleno uso do espaço.

2.6. A reforma e adequação proposta é necessária não apenas para atender aos parâmetros técnicos e legais mas também para assegurar dignidade, conforto e autonomia aos usuários e servidores do CREAS/LA, promovendo inclusão social e cidadania, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A solução proposta consiste na execução de serviços de reforma geral no imóvel destinado ao funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS/LA, abrangendo intervenções estruturais, arquitetônicas e de infraestrutura necessárias para garantir segurança, funcionalidade e acessibilidade universal.

3.1.1. As ações incluem a recuperação e substituição de elementos construtivos deteriorados, adequação de ambientes internos e externos, correção de patologias, melhoria das instalações elétricas, hidráulicas e de climatização, bem como a readequação de circulações, rampas, sanitários e demais elementos conforme os parâmetros da ABNT NBR 9050 e legislações correlatas.

3.2. Conforme orientação do TCU, a descrição da solução deve contemplar:

1. O que será feito (escopo da obra e serviços)

- Demolição dos pisos/revestimentos;
- Remoção do forro;
- Remoção do portão;
- Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco maior ou igual a 0,60m;
- Pintura;
- Instalação de acessórios - conforme item 4.5 da Planilha Orçamentária SINTÉTICO de 08/10/2025 (ID 2100657);
- Limpeza final.

2. Como será feito (metodologia e critérios técnicos)

- Obras e serviços executados em etapas, minimizando impactos no atendimento ao público;
- Materiais duráveis e de baixo impacto ambiental;
- Conformidade com normas técnicas (ABNT NBR 9050, NBR 9077) e legislação de acessibilidade (Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015);
- Cronograma físico-financeiro detalhado, com previsão de prazos parciais e entrega final.

3. Por que a solução atende à necessidade

- Elimina barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- Garante segurança e conforto aos usuários e servidores;
- Atende aos Princípios da Eficiência, Economicidade e Legalidade, conforme exigido pelo TCU em análises de projetos e contratações de obras públicas.

#### 4. Resultado esperado

- Acessibilidade universal e inclusiva no CREAS/LA;
- Conformidade com legislação vigente e normas técnicas;
- Melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

3.3. Considerando o enquadramento como serviço comum de engenharia, a licitação poderá ser realizada pelas seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 14.133/2021:

- a. Pregão: modalidade prioritária, preferencialmente na forma eletrônica, por se tratar de serviço comum de engenharia, com critérios objetivos de comparação de propostas em termos de desempenho e qualidade.
- b. Concorrência: aplicável independentemente do valor estimado, recomendada para contratações de maior vulto.

3.4. Dessa forma, embora o presente Projeto Básico classifique o objeto como serviço comum de engenharia, passível de contratação por meio de PREGÃO ELETRÔNICO ou concorrência, ressalta-se que, nos termos do artigo 4º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 0308/2022, a competência para realizar o enquadramento definitivo da modalidade de licitação, bem como para avaliar hipótese de dispensa é da Superintendência Permanente de Compras e Licitações - SUPECOL, a quem caberá a decisão final quanto à forma de contratação a ser adotada.

## 4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A presente contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que as atividades a serem executadas consistem em adequações físicas e estruturais padronizadas, de baixa complexidade técnica e sem necessidade de elaboração de projeto executivo especializado.

4.2. Dessa forma, a seleção do fornecedor deverá ocorrer mediante procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, com modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as diretrizes do Decreto Municipal que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Municipal de Ji-Paraná.

4.3. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço global, conforme definido no edital, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas todas as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A execução dos serviços objeto deste documento deverá observar integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, em especial a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as normas técnicas da ABNT, notadamente a NBR 9050/2020, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

5.2. A contratada será responsável por garantir que todos os serviços executados atendam plenamente aos padrões técnicos de acessibilidade, segurança e usabilidade, sob pena de rejeição da obra.

5.3. Os serviços serão executados nas dependências do CREAS/LA, situado em Ji-Paraná/RO, endereço indicado no item 1 deste Projeto Básico, observadas as condições de segurança, limpeza e integridade do espaço físico durante a execução.

5.4. O prazo de execução definido no Planilha Orçamentária CFF de 08/10/2025 (ID 2100652) será de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela contratante.

5.5. Será exigida da contratada a garantia de 5 (cinco) anos sobre os serviços executados e materiais aplicados, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo eventuais reparos decorrentes de falhas de execução ou vícios ocultos, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. A contratada deverá assegurar assistência técnica e manutenção corretiva durante o período de garantia, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ajustes necessários para o pleno funcionamento e conformidade das adaptações realizadas.

5.7. Poderá ser exigida vistoria prévia dos licitantes no local de execução dos serviços, com emissão de declaração de vistoria ou termo de ciência das condições do imóvel, a ser anexado à proposta, a fim de garantir a adequada compreensão do objeto e das condições de execução.

5.8. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços, salvo mediante autorização expressa da Administração, e desde que não comprometa a qualidade e a responsabilidade técnica pela execução.

5.9. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão realizados por servidor designado pela SEMASF, que registrará em relatório próprio o andamento da execução, a conformidade dos materiais empregados e a observância dos prazos contratuais.

5.10. Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade, atender às normas técnicas brasileiras (NBR) e possuir garantia mínima do fabricante.

5.11. A contratada deverá assegurar que os elementos construtivos (como pisos, calçadas, portas e corrimãos) tenham resistência e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em espaço público.

5.12. A substituição ou reparo de materiais defeituosos será de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

5.13. A execução dos serviços deverá ser planejada de modo a minimizar impactos no funcionamento do CREAS/LA, priorizando etapas e frentes de trabalho que permitam a continuidade do atendimento.

5.14. A contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando fases de execução, prazos parciais e previsão de entrega final.

5.15. Sempre que necessário, a empresa deverá providenciar isolamento das áreas em obra, garantindo segurança a usuários e servidores.

5.16. A sinalização a ser implantada deverá contemplar elementos visuais, táteis e de contraste cromático, em conformidade com a ABNT NBR 9050/2020 e demais normas aplicáveis.

5.17. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais sustentáveis, de baixo impacto ambiental, recicláveis ou provenientes de fornecedores que comprovem práticas de responsabilidade socioambiental.

5.18. A geração de resíduos deverá ser controlada, devendo a contratada realizar a destinação ambientalmente adequada dos entulhos e sobras da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

5.19. Incentivar o uso de tecnologias e soluções construtivas que promovam eficiência energética e redução de desperdício de água e energia durante a execução.

5.20. Normas técnicas aplicáveis - atendimento integral à ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais legislações correlatas.

5.21. Qualidade dos materiais - todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às normas técnicas da ABNT, sendo vedada a utilização de materiais reaproveitados que comprometam a durabilidade e a segurança da obra.

5.22. Mão de obra especializada - a empresa contratada deverá dispor de profissionais habilitados e com comprovada experiência na execução de obras de acessibilidade.

5.23. Segurança e meio ambiente - cumprimento integral das normas de segurança do trabalho (NR's do Ministério do Trabalho e Emprego), bem como medidas para minimizar impactos ambientais durante a execução da obra.

5.24. Prazos de execução - a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, compatível com as etapas da obra e aprovado pela fiscalização.

5.25. Garantia - a obra deverá ser entregue com garantia mínima de 5 (cinco) anos quanto à solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, em conformidade com o artigo 618 do Código Civil, contados a partir da data de recebimento definitivo pela Administração.

5.26. Acessibilidade plena - os serviços deverão resultar em espaços totalmente acessíveis e funcionais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em consonância com as diretrizes do projeto básico.

## **6. SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E ALINHAMENTO AO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS**

A presente contratação observa as diretrizes de sustentabilidade, alinhando-se ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do órgão, conforme segue:

6.1. Eficiência no uso de recursos - prevê-se a utilização de materiais com maior durabilidade e baixo impacto ambiental, reduzindo a necessidade de manutenções futuras e prolongando a vida útil da edificação.

6.2. Gestão de resíduos da construção - a empresa contratada deverá promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a obra, com separação de materiais recicláveis e descarte em locais licenciados.

6.3. Acessibilidade universal - ao tornar os espaços mais inclusivos, a obra contribui diretamente para a função social e sustentável da infraestrutura pública, promovendo a equidade e a cidadania.

6.4. Racionalização de custos públicos - ao adequar a edificação às normas de acessibilidade, evita-se a necessidade de adaptações corretivas futuras, representando economia e eficiência no uso de recursos públicos.

6.5. Alinhamento ao PLS - a contratação está em conformidade com as diretrizes do Plano de Gestão de Logística Sustentável do órgão licitante, que prevê ações voltadas à promoção da acessibilidade, ao uso eficiente de recursos e à responsabilidade socioambiental na execução de obras e serviços.

## **7. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1. A contratação da obra será por empreitada por preço global, compreendendo a execução integral do projeto básico, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, encargos e serviços complementares.

7.2. O ajuste decorrente desta contratação será formalizado por meio de instrumento contratual, considerando a natureza continuada da execução das obras de adequação da edificação, o que impõe obrigações recíprocas às partes durante toda a vigência do contrato, garantindo a conformidade com o projeto, a NBR 9050 e demais normas aplicáveis

7.3. Possibilidade de prorrogação - o prazo contratual poderá ser prorrogado por interesse do órgão contratante, desde que haja justificativa técnica ou necessidade de ajustes no cronograma de execução da obra por período necessário para a conclusão dos serviços, respeitando os limites legais previstos na legislação aplicável, sem alteração do valor global do contrato, salvo ajustes decorrentes de reajuste legalmente previsto.

#### **7.4. Reajuste**

7.4.1. Os valores contratuais poderão ser reajustados periodicamente com base em índice oficial de preços aplicável à construção civil, como o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

7.4.2. O reajuste será aplicado anualmente, considerando o período completo de 12 meses com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7.4.3. O reajuste será calculado sobre o valor atualizado do contrato, de forma proporcional, com base na variação do índice divulgado no período, respeitando a legislação vigente.

7.4.4. O índice utilizado e o cálculo aplicado deverão ser apresentados e comprovados pelo contratado, garantindo transparência e previsibilidade ao órgão contratante.

7.5.5. O reajuste não terá caráter retroativo nem cumulativo, sendo aplicado apenas a períodos subsequentes conforme previsto no contrato.

#### **7.6. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

7.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo; ou
5. cometer fraude fiscal.

7.6.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

7.6.2.1. **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.6.2.2. **Multa** moratória de:

1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;



2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima.

#### 7.6.2.3. **Multa** compensatória:

1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese;
2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;
3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;
4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo;
5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;
6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

7.6.2.3.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.6.2.4. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo de no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos;

7.6.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

7.6.3. As sanções previstas nos subitens 7.6.2.4. e 7.6.2.5. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.

7.6.4. Também fica sujeitas às penalidades do artigo 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.6.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:

1. A natureza e a gravidade da infração;
2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;
3. A vantagem auferida em virtude da infração;
4. Os antecedentes da empresa; e
5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.

7.6.6. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.

7.6.7. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:

1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;
2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.

7.6.8. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.

7.6.9. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:

1. a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
2. a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
3. a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.

7.6.10. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.

7.6.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

7.6.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.6.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.6.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6.15. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

7.6.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.6.17. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

## **7.7. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias**

Nos termos do artigo 151 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá utilizar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, tais como conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem, quando compatíveis com a natureza do objeto.

## **7.8. Responsabilidade Técnica**

7.8.1. O contratado deverá responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços e fornecimentos, garantindo que todos os trabalhos atendam às normas técnicas vigentes, à legislação aplicável (Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, NBR 9050/ABNT) e ao projeto básico fornecido pela Administração.

7.8.2. É obrigatória a designação de profissional legalmente habilitado (engenheiro ou arquiteto) para assinatura de ART/RRT relativa aos serviços de engenharia executados, conforme a natureza da obra.

7.8.3. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação de regularidade do profissional responsável e de sua habilitação técnica.

7.8.4. O contratado deve adotar todos os procedimentos de segurança necessários à execução da obra, incluindo proteção de usuários do CREAS e preservação do patrimônio público.

## **7.9. Garantia**

7.9.1. O contratado deverá oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos sobre a obra e serviços executados, contados a partir da data de recebimento definitivo pela Administração.

7.9.2. A garantia abrange, sem se limitar a:

- alhas estruturais;

- defeitos em instalações hidráulicas e elétricas;
- inadequações de acessibilidade;
- falhas em pisos, portas, corrimãos e demais elementos de circulação.

7.9.3. Durante o período de garantia, o contratado deverá corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos ou falhas constatadas, mediante solicitação formal.

7.9.4. A garantia será formalmente exigida por meio de termo de responsabilidade ou fiança bancária, conforme previsto em edital ou contrato.

7.9.5. Demais condições constam no documento de Especificação ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA de 08/10/2025 (ID 2100661).

## **8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Para fins deste processo, deverão ser exigidos os seguintes documentos:

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI; Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa; Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ); Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame; Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS); Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT); Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.3. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com emissão de até 90 (noventa) dias anterior à data da sessão pública; Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso; Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por

índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL**

8.4. Qualificação Técnica Profissional: A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissional (is) devidamente habilitado (s) e registrado (s) no respectivo conselho de classe, que seja (m) responsável (is) pela execução do objeto licitado. A comprovação deverá ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, referente à execução de serviços de natureza similar ao objeto desta contratação. Para fins da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir: Carteira de Trabalho; contrato social; contrato de prestação de serviços; Contrato de Trabalho registrado na DRT; Qualificação Técnica Operacional: Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.

#### **9. NECESSIDADE DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. Considerando que o objeto consiste na execução de obras de reforma e adequação da edificação para acessibilidade, deverão os licitantes realizar vistoria prévia ao local de execução, a fim de conhecer as condições reais da edificação, topografia, acesso e demais características físicas que possam influenciar a execução dos serviços.

9.2. Esta etapa tem como objetivos:

- a. Garantir que todas as empresas licitantes tenham informações equivalentes sobre o local de execução;
- b. Reduzir riscos de divergências ou problemas durante a execução da obra;
- c. Assegurar que a proposta apresentada considere todas as condições reais do ambiente, conforme projeto básico.

9.3. A vistoria ou declaração não exime a contratada de executar os serviços conforme projeto, normas técnicas e legislação aplicável.

9.4. A vistoria deverá ser realizada no endereço da unidade, em data e horário previamente agendados com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF, conforme orientações constantes no edital.

9.5. Após a realização, o licitante deverá apresentar declaração de vistoria emitida pelo setor responsável da SEMASF, atestando que teve acesso às condições do local.

## **10. NORMAS GERAIS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

### **Fiscal técnico e gestor do contrato**

10.1. O órgão licitante deverá designar fiscal técnico e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, controle de qualidade e cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2. O fiscal técnico acompanhará diariamente os serviços e verificará conformidade com o projeto, especificações técnicas e normas de acessibilidade.

10.3. O gestor do contrato terá a função de zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, prazos, cronograma e orçamento, mantendo comunicação formal com a contratada.

### **Acompanhamento e controle da execução**

10.4. Todas as etapas da obra deverão ser inspecionadas e aprovadas pelo fiscal antes da execução de etapas subsequentes.

10.5. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos de progresso, contendo *status* físico-financeiro, materiais utilizados e eventuais ajustes necessários.

10.6. Será realizada documentação fotográfica das etapas principais para registro e comprovação do andamento da obra.

### **Ensaio e testes de qualidade**

10.7. Materiais e serviços deverão ser submetidos a ensaios, quando aplicável, para comprovar conformidade com normas técnicas (ex.: resistência do concreto, antiderrapância de pisos, dimensionamento de corrimãos).

10.8. Qualquer não conformidade deverá ser corrigida sem ônus adicional para o órgão licitante.

### **Comunicação e formalização de ocorrências**

10.9. Divergências, alterações, aditivos ou ajustes necessários deverão ser formalmente comunicados ao gestor/fiscal do contrato.

10.10. Toda alteração ou não conformidade deverá ser registrada em relatório oficial de fiscalização, anexado ao processo contratual.

### **Aceitação e entrega da obra**

10.11. A obra somente será considerada concluída e aceita após verificação de que todos os serviços foram executados conforme projeto, normas técnicas e legislação aplicável.



10.12. Serão emitidos termo de recebimento provisório e definitivo, acompanhados de laudo de conformidade técnica e de acessibilidade.

## **11. REGRAS DE SUBCONTRATAÇÃO**

"A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços; a subcontratação será permitida quando for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da 'subcontratada', bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação" de acordo com o item IX do [Especificação ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA de 08/10/2025 \(ID 2100661\)](#).

11.1. A subcontratação não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a empresa contratada permaneça responsável pela execução da maior parte dos serviços.

11.2. Podem ser subcontratados serviços especializados, tais como: instalação de corrimãos e guarda-corpos; execução de piso tátil ou sinalização; serviços de elétrica ou hidráulica específicos; fornecimento de determinados materiais ou equipamentos, desde que não comprometa a execução integral do objeto.

11.3. A execução de serviços essenciais à obra, como alvenaria estrutural, construção da rampa e escada, e adequação dos banheiros, não poderá ser integralmente subcontratada.

11.4. Documentos exigidos para autorização da subcontratação - pedido formal de autorização da contratada, contendo:

- Identificação da empresa subcontratada;
- Descrição detalhada dos serviços a serem executados;
- Prazo estimado de execução da parcela subcontratada;
- Declaração da subcontratada assumindo integral responsabilidade pela execução do serviço e pelo cumprimento das normas técnicas e contratuais.

11.4.1. Anexar documentos de habilitação da subcontratada, compatíveis com os requisitos técnicos e legais exigidos para a obra (regularidade fiscal, registros profissionais e capacidade técnica).

11.5. A contratada permanece integralmente responsável perante o órgão contratante pela execução completa do objeto, incluindo as parcelas eventualmente subcontratadas, respondendo por quaisquer falhas ou descumprimentos.

## **12. FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **Pagamento**

12.1. O pagamento será realizado mediante medição dos serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.

12.2. O valor será pago em parcelas correspondentes às etapas concluídas, após aprovação pelo fiscal técnico e gestor do contrato, com emissão de termo de medição.

12.3. Não será efetuado pagamento por serviços não executados ou executados em desacordo com o projeto, normas técnicas e legislação aplicável.

### **Medição**

12.4. A medição será realizada com base em quantitativos físicos, descritos no projeto básico e no memorial de serviços, considerando:

- Demolição da rampa existente;
- Construção da nova rampa em formato L;
- Execução da escada de acesso;
- Regularização e construção da calçada frontal;
- Adequação dos sanitários;
- Substituição de portas na rota de fuga;
- Instalação de corrimãos, guarda-corpos e sinalização tátil.

12.5. Cada etapa será conferida pelo fiscal técnico, que emitirá relatório de medição indicando percentual de execução e valor correspondente.

12.6. Pagamentos poderão ser retidos em caso de não conformidade, execução parcial ou descumprimento de especificações técnicas, até a correção das falhas.

### **12.7. Documentação para pagamento:**

- a. Relatório de medição e progresso da obra, assinado pelo fiscal técnico;
- b. Notas fiscais correspondentes aos serviços executados;
- c. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa no período da medição.

### **Prazo de pagamento**

12.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a aprovação da medição e entrega de toda a documentação exigida.

### **Parcelas de maior relevância técnica**

12.9. Para a adequada execução da obra de reforma, identificam-se como parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo aquelas que demandam maior especialização, impacto direto na funcionalidade do ambiente e maior representatividade no custo global. Tais parcelas configuram etapas essenciais cuja correta execução é determinante para a qualidade, segurança e durabilidade da obra. Assim, considera-se como de maior relevância:

- a. Adequações estruturais - Intervenções em elementos estruturais existentes, incluindo reforços, correções, substituições e estabilizações necessárias para garantir a integridade física do edifício. Exige mão de obra especializada, cálculos técnicos e observância rigorosa às normas de engenharia;
- b. Instalações elétricas e hidrossanitárias - Reformas, adequações ou substituições das redes elétrica, lógica, hidráulica e de esgoto, devido ao seu caráter essencial para o funcionamento seguro da edificação. São serviços de alta criticidade técnica, cujo dimensionamento impacta diretamente a operação do imóvel;
- c. Revestimentos e acabamentos especiais - Serviços que envolvem aplicação de materiais específicos, como pisos de alta resistência, revestimentos cerâmicos, impermeabilização e pintura especial, que possuem maior representatividade financeira e requerem execução conforme especificações técnicas detalhadas;
- d. Instalações de sistemas de climatização e ventilação - Quando aplicável, abrangendo montagem, fixação e testes de equipamentos, incluindo infraestrutura elétrica e de drenagem. Os valores envolvidos são significativos e a execução inadequada pode comprometer a eficiência e durabilidade dos equipamentos;
- e. Adequações de acessibilidade e segurança - Implantação ou adequação de rampas, corrimãos, sinalizações, barras de apoio, combate a incêndio e demais adaptações que atendam às normas vigentes. São parcelas sensíveis, tanto pela importância social quanto pela necessidade de estrito atendimento técnico.

### **13. PERIODICIDADE DAS MEDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO E DOCUMENTOS PARA ATESTAÇÃO**

#### **Periodicidade das medições**

13.1. As medições dos serviços serão realizadas mensalmente ou conforme cronograma físico-financeiro aprovado, podendo ocorrer em intervalos menores quando houver etapas concluídas que justifiquem a medição.

13.2. Cada medição abrangerá os serviços efetivamente concluídos até a data da inspeção, conforme relatório técnico do fiscal.

#### **Prazos para pagamento**

13.3. Após a emissão do atestado de medição pelo fiscal técnico e gestor do contrato, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) após a aprovação da medição e entrega de toda a documentação exigida.

13.4. Em caso de não conformidade ou documentação incompleta, o pagamento poderá ser retido até que as pendências sejam regularizadas, sem prejuízo do cronograma financeiro do contrato.

#### **Documentos exigidos para atestação das faturas**

13.5. Para cada medição, a empresa deverá apresentar:

- a. Relatório de medição emitido pelo fiscal técnico, indicando o percentual de execução das etapas;
- b. Notas fiscais ou faturas correspondentes aos serviços executados;
- c. Comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista (Certidões negativas de débitos, FGTS, INSS, etc.);

- d. Registro fotográfico das etapas concluídas, quando aplicável;
- e. Eventuais planilhas de quantitativos ou medições complementares, quando houver serviços especiais ou subcontratados.

#### Observações

13.6. Nenhum pagamento será efetuado sem o devido atestado de medição e conferência da conformidade técnica dos serviços.

13.7. A documentação apresentada será arquivada pelo órgão licitante, servindo como registro oficial de execução e comprovação do cumprimento contratual.

### 14. EVENTOGRAMA DE PAGAMENTOS EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

14.1. Para empreitadas por preço global, é recomendável organizar um eventograma que vincule marcos/etapas contratuais aos percentuais de pagamento, garantindo clareza para contratante e contratado, da seguinte forma:

marco/ etapa contratual	descrição do evento	(%) do valor contratual
mobilização e preparação do canteiro	Instalação do canteiro de obras, sinalização, limpeza e proteção do local.	5%
demolição da rampa existente	Retirada da rampa inadequada, remoção de entulhos e limpeza do local.	10%
execução da nova escada	Construção da escada de acesso, com degraus, corrimãos e guarda-corpos.	15%
construção da nova rampa em "L"	Execução da rampa, patamares, corrimãos, piso antiderrapante e guarda-corpos.	25%
regularização e reconstrução da calçada	Nivelamento e pavimentação da calçada frontal, instalação de faixa tátil.	10%
adequação dos banheiros	Ampliação, instalação de barras de apoio, portas, lavatórios e acabamentos.	15%
substituição das portas na rota de fuga	Troca de portas e verificação de vão mínimo de 0,90 m.	5%
instalação de elementos complementares	Corrimãos, guarda-corpos, sinalização tátil e acabamentos finais.	10%
limpeza final e entrega técnica	Limpeza da obra, verificação de conformidade e emissão do termo de recebimento provisório.	5%

14.2. Cada percentual será liberado após atestação da medição pelo fiscal técnico e gestor do contrato, mediante conferência da etapa concluída.

14.3. Percentuais podem ser ajustados no cronograma físico-financeiro aprovado pelo órgão licitante, mantendo a soma total em 100%.

### 15. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

### **15.1. Recebimento Provisório**

- Realizado após a conclusão parcial ou integral dos serviços, mas antes da aceitação definitiva.
- Objetivo: verificar se os serviços foram executados conforme o projeto, o contrato e as normas técnicas aplicáveis.

### **15.2. Recebimento definitivo**

- Realizado após o término do período de garantia ou correção das eventuais não conformidades detectadas no recebimento provisório.
- Confirma a conformidade do serviço, liberando o pagamento final e encerrando a execução contratual.

### **15.3. Prazos**

- Recebimento Provisório: até 10 (dez) dias úteis após a comunicação formal de conclusão dos serviços pelo contratado.
- Recebimento Definitivo: após o período de garantia de 60 (sessenta) meses, mediante termo circunstanciado, momento a partir do qual se iniciará o prazo de garantia contratual de 5 (cinco) anos, nos termos da legislação aplicável.

### **15.4. Documentos exigidos**

Para os recebimentos provisório e definitivo, o contratado deverá apresentar:

1. Relatórios detalhados de execução dos serviços;
2. Notas fiscais, recibos e comprovantes de entrega de materiais e equipamentos;
3. Certificados de conformidade, ensaios e testes técnicos realizados;
4. Plantas, desenhos ou documentação técnica atualizada;
5. Termo de garantia dos serviços e equipamentos fornecidos;
6. Registro fotográfico e/ou relatório de testes funcionais, quando aplicável.

### **15.5. Ensaios e testes técnicos**

Deverão ser realizados, conforme a natureza do serviço contratado:

1. Ensaios de qualidade e desempenho dos materiais e serviços;
2. Testes funcionais de equipamentos instalados;
3. Verificação da conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis;
4. Testes de segurança, acessibilidade e eficiência operacional, quando pertinentes.

Todos os ensaios deverão ser documentados e anexados aos relatórios de recebimento.

### **15.6. Responsáveis pelo recebimento**

1. Gestor do Contrato: supervisiona a execução e coordena o processo de recebimento;
2. Fiscal Técnico: avalia a conformidade técnica dos serviços, ensaios e documentação;
3. Comissão de Recebimento (opcional): composta por especialistas ou representantes da Administração, garantindo transparência e imparcialidade.

## **15.7. Regras e condições complementares**

1. Eventuais não conformidades deverão ser registradas em termo próprio, com prazos definidos para correção;
2. O pagamento será condicionado à aceitação dos serviços, de acordo com os percentuais de medição previstos no contrato;
3. O recebimento provisório poderá ser rejeitado parcialmente caso haja falhas relevantes, devendo o contratado corrigir as pendências antes do recebimento definitivo;
4. Todo recebimento deverá ser formalizado por ata assinada pelos responsáveis, constando observações, reservas ou pendências.

## **16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

O preço global apresentado pelo contratado será considerado aceitável quando:

16.1. Estiver compatível com o valor estimado pela Administração, considerando estudos de mercado, pesquisas de preços e referências de contratações similares.

16.2. Englobar todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo:

- Materiais e insumos;
- Mão de obra;
- Equipamentos;
- Encargos legais e fiscais;
- Despesas administrativas.

16.3. Englobar todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo:

- Materiais e insumos;
- Mão de obra;
- Equipamentos;
- Encargos legais e fiscais;
- Despesas administrativas.

16.4. Permitir execução completa do objeto sem comprometer a qualidade técnica ou os prazos contratuais.

16.5. Não apresentar distorções significativas em relação a valores unitários de mercado ou referenciais técnicos, evitando preços inexequíveis ou superfaturados.

16.5. Caso o preço global esteja abaixo do valor estimado ou apresente divergências significativas, a Administração poderá solicitar justificativa detalhada do contratado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **17. REGRAS DIVERSAS SOBRE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

### **Critério de julgamento**



17.1. O critério de julgamento das propostas será o menor preço, podendo ser por item, lote ou global, conforme definido no Termo de Referência.

17.2. Eventuais ponderações de técnica ou experiência deverão estar previamente definidas e discriminadas, evitando subjetividade.

### **Análise de documentação e habilitação**

17.3. Antes do julgamento econômico-financeiro, será verificada a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista do licitante;

17.4. Propostas com documentação incompleta ou irregular serão desclassificadas, sem análise de preço.

### **Verificação da Compatibilidade de Preços**

17.5. Serão analisados os preços globais e unitários, considerando:

1. Pesquisa de mercado e valores referenciais;
2. Compatibilidade com estimativas da Administração;
3. Possíveis distorções que indiquem inexequibilidade, superfaturamento ou subdimensionamento.

17.6. Propostas com preços manifestamente inexequíveis poderão ser desclassificadas, mediante justificativa do licitante.

### **Critérios de desempate**

17.7. Em caso de empate entre propostas, o desempate seguirá a ordem de preferência prevista em lei, por exemplo:

1. Proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte;
2. Maior conteúdo local, se aplicável;
3. Sorteio, se persistir o empate.

### **Prazo e forma de julgamento**

17.8. O julgamento das propostas será realizado em sessão pública ou formalmente registrada, com emissão de relatório detalhado, contendo:

1. Classificação das propostas;
2. Justificativa da desclassificação de propostas;
3. Registro de eventuais ajustes ou negociação de preços.

### **Possibilidade de negociação**

17.9. Quando o critério permitir, a Administração poderá negociar preços ou condições com os licitantes classificados, respeitando princípios de transparência e isonomia.

17.10. Qualquer negociação deve ser registrada formalmente em ata ou relatório de julgamento.

### **Regras complementares**

17.11. Propostas com omissões ou divergências técnicas poderão ser esclarecidas por meio de diligência, sem alteração de preço ou conteúdo essencial ou desclassificadas se a correção for impossível ou comprometer a isonomia.

17.12. O julgamento considerará a integridade e coerência da proposta em relação ao objeto do contrato, respeitando a economicidade e a legalidade.

## **18. PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

### **Prazos de Execução dos Serviços**

18.1. O início da execução dos serviços ocorrerá a partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço.

18.2. O prazo total para a conclusão dos serviços será de no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir da data de início, podendo ser dividido em etapas/marcos com prazos específicos, se aplicável.

### **Vigência Contratual**

18.3. A vigência do contrato corresponderá ao período necessário para a execução da obra de reforma, estipulado em 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, incluindo o prazo para medições, atestação e formalização do recebimento definitivo, conforme disposto no item 12 deste Projeto Básico.

18.4. Eventuais prorrogações poderão ser realizadas, conforme necessidade ou ocorrência de casos fortuitos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **19. PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**

19.1. O contratado deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço pela Administração.

19.2. Caso o início dos serviços não ocorra dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar sanções contratuais previstas, incluindo advertência, multa ou outras medidas previstas em lei e no contrato.

19.3. Eventuais atrasos justificados, por motivos de força maior ou situações excepcionais, deverão ser comunicados formalmente à Administração, que avaliará a possibilidade de prorrogação do prazo de início.

## **20. MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO**

20.1. O contratado será responsável por fornecer, mobilizar e manter todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução integral dos serviços, conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.

20.2. O contratado é responsável por: garantir que todos os materiais, ferramentas e equipamentos estejam disponíveis durante todo o período de execução; substituir imediatamente itens defeituosos ou insuficientes, sem ônus adicional para a Administração; manter o local de trabalho seguro, organizado e em conformidade com normas de segurança e saúde ocupacional; arcar com custos de transporte, manutenção e operação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos mobilizados.

**Demais orientações constantes no item XI da Especificação** [Especificação ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA de 08/10/2025 \(ID 2100661\)](#):

20.3. Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços contratados serão integralmente fornecidos pela CONTRATADA, que assume total responsabilidade pela aquisição, transporte e armazenamento dos mesmos. Esses materiais deverão ser de primeira qualidade, novos, isentos de quaisquer defeitos ou danos, provenientes de fornecedores reconhecidos e confiáveis, garantindo assim a durabilidade, segurança e desempenho adequados às exigências do serviço. Além disso, todos os materiais devem cumprir rigorosamente as normas técnicas específicas da ABNT ou normas equivalentes reconhecidas, assegurando conformidade com os padrões de qualidade, segurança e funcionalidade exigidos para a correta realização dos serviços contratados.

## **21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **Do contratante**

21.1. Fornecer todas as informações, documentos e condições necessárias para a execução dos serviços;

21.2. Disponibilizar o acesso às instalações ou locais de prestação dos serviços, respeitando normas de segurança e protocolos internos;

21.3. Acompanhar a execução dos serviços por meio de gestor do contrato e/ou fiscal técnico, garantindo a conformidade com o objeto contratado;

21.4. Realizar os pagamentos devidos, conforme medições, cronogramas e condições previstas no contrato;

21.5. Notificar formalmente o contratado sobre falhas ou não conformidades, estipulando prazos para correção;

21.6. Garantir a proteção de dados, informações e materiais sob sua responsabilidade, quando aplicável.

### **Do contratado**

21.7. Executar os serviços conforme o projeto, especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais;

21.8. Fornecer, mobilizar e manter todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

21.9. Cumprir rigorosamente os prazos de início, execução e entrega dos serviços;

21.10. Manter o local de trabalho seguro, organizado e em conformidade com normas de segurança, saúde e meio ambiente;

21.11. Corrigir, sem custos adicionais, quaisquer falhas ou não conformidades verificadas durante o recebimento provisório ou definitivo;

21.12. Fornecer relatórios, documentação técnica, certificados e demais informações exigidas para o recebimento dos serviços;

21.13. Respeitar normas internas, regulamentos e orientações da Administração, incluindo regras de acesso e uso das instalações;

21.14. Garantir a responsabilidade civil e técnica pelos serviços prestados, incluindo danos a terceiros ou ao patrimônio da Administração, decorrentes de execução inadequada.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, bem como a observar as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis à execução das obras e serviços, devendo, para tanto:

#### **Instalações provisórias e canteiro de obras**

21.15. Submeter à aprovação da fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o projeto das instalações provisórias ou do canteiro de serviços, compatível com o porte e características do objeto contratual, contendo a disposição de todas as áreas de vivência, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários, inclusive escritórios e instalações destinadas ao uso da Fiscalização, quando previstas no Caderno de Encargos.

21.16. Providenciar, por sua conta e risco, as ligações provisórias das utilidades essenciais à execução dos serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone, entre outros), responsabilizando-se integralmente pelas despesas de consumo até o recebimento definitivo da obra.

#### **Recursos humanos e equipamentos**

21.17. Manter no local da obra instalações adequadas, bem como dispor de pessoal uniformizado e identificado, e equipamentos em número, especificação e qualificação compatíveis com o cumprimento do objeto contratual.

#### **Planejamento e execução**

21.18. Submeter à aprovação da Fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, devidamente compatibilizados com o cronograma contratual e com técnicas reconhecidas de planejamento.

21.19. Assegurar, com a devida antecedência, a disponibilização dos materiais, insumos, mão de obra e demais recursos nos locais de execução, em conformidade com o plano de execução e o cronograma

contratual.

21.20. Alocar todos os recursos técnicos, humanos, administrativos e financeiros necessários à fiel execução do objeto, inclusive aqueles destinados ao pagamento de tributos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais incidentes ou que venham a incidir sobre o contrato.

21.21. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização quaisquer ajustes no cronograma físico-financeiro e no plano de execução, de modo a manter o órgão contratante devidamente informado sobre o andamento dos trabalhos.

21.22. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização qualquer alteração nos métodos construtivos originalmente previstos.

### **Qualidade, fiscalização e comunicação**

21.23. Executar, por determinação da Fiscalização, ajustes e correções nos serviços concluídos ou em andamento.

21.24. Comunicar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário que interfira, direta ou indiretamente, na execução dos serviços contratados.

21.25. Submeter à prévia aprovação da Fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços contratados.

21.26. Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização, todos os testes, ensaios, exames e demais procedimentos técnicos necessários ao controle de qualidade dos materiais, equipamentos e serviços empregados.

### **Relação com o entorno e meio ambiente**

21.27. Evitar qualquer interferência com propriedades lindeiras, atividades vizinhas e o tráfego de veículos, devendo programar adequadamente as atividades de execução da obra para minimizar impactos.

### **Relatórios e encerramento das atividades**

21.28. Apresentar relatórios periódicos de execução dos serviços e obras, conforme especificações estabelecidas no Caderno de Encargos.

21.29. Providenciar, nos prazos previstos em projeto, as ligações definitivas das utilidades públicas necessárias (água, esgoto, energia elétrica, gás e telefonia).

21.30. Proceder, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo da obra, à total desmobilização do canteiro, promovendo a retirada de todo o pessoal, equipamentos, materiais e instalações provisórias, deixando o local devidamente limpo e desobstruído, livre de resíduos, entulhos ou quaisquer materiais remanescentes.

## 22. MATRIZ DE RISCOS E ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

22.1. É uma prática recomendada pela Lei nº 14.133/2021 que prevê os principais eventos supervenientes à contratação, os riscos associados e quem será responsável por cada um:

Evento Superveniente	Descrição do Risco	Responsável	Medidas Mitigatórias
Atraso na liberação do local	Impacta o cronograma e início dos serviços	Contratante	Comunicação prévia, planejamento conjunto, flexibilização de cronograma
Falta ou atraso na entrega de materiais fornecidos pelo contratante	Interrompe execução parcial dos serviços	Contratante	Planejamento integrado, prazos claros para fornecimento, estoque mínimo de segurança
Condições climáticas adversas	Pode afetar a execução de serviços externos	Contratado	Adaptação do cronograma, plano de contingência, equipamentos adequados
Acidentes de trabalho	Danos a pessoas ou interrupção de atividades	Contratado	Treinamento, EPI, normas de segurança e saúde ocupacional
Alterações normativas ou legais	Impacto nos métodos de execução ou exigências adicionais	Contratante	Monitoramento legal e comunicação formal ao contratado
Fornecimento de materiais ou equipamentos defeituosos	Serviços executados de forma inadequada	Contratado	Substituição imediata, controle de qualidade, testes prévios
Interrupções por greves ou paralisações externas	Atraso na execução dos serviços	Contratante e Contratado*	Ajuste de cronograma, negociação conjunta (*dependendo da causa)
Falhas técnicas ou defeitos em serviços entregues	Necessidade de correções ou retrabalho	Contratado	Garantia contratual, inspeções periódicas, testes técnicos
Danos a terceiros ou patrimônio da Administração	Responsabilidade civil e indenizações	Contratado	Seguro, plano de contingência, monitoramento durante execução
Inadimplemento financeiro	Interrupção de pagamentos ou falência do contratado	Contratante	Fiscalização, garantias contratuais, cláusulas de penalidades

22.2. Todos os riscos devem ser acompanhados pelo gestor do contrato e fiscal técnico, com registro formal das ocorrências.

22.3. Eventuais ajustes de responsabilidades devem ser feitos por aditivo contratual, quando justificados.

22.4. Essa matriz permite maior transparência, evita disputas futuras e facilita a gestão de riscos durante a execução.

## 23. EXIGÊNCIAS DE GARANTIA CONTRATUAL E SEGUROS

### Garantia contratual

23.1. O contratado deverá prestar garantia contratual de 5 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo pela Administração Pública, como forma de assegurar o cumprimento integral das obrigações



assumidas, incluindo correção de defeitos, reparos e não conformidades.

23.2. Valor da garantia - até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, conforme artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

23.3. Prazo de manutenção da garantia - durante toda a execução do contrato e pelo período de garantia contratual de 5 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo pela Administração Pública, dos serviços ou equipamentos fornecidos, conforme previsto no contrato.

23.4. A garantia poderá ser retida parcial ou totalmente para cobrir: falhas ou defeitos nos serviços executados; não cumprimento das obrigações contratuais; danos a terceiros ou ao patrimônio da Administração.

### **Seguros Obrigatórios**

23.5. O contratado deverá manter seguros adequados para cobertura de riscos associados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

1. Seguro de Responsabilidade Civil - para cobertura de danos a terceiros e ao patrimônio da Administração, decorrentes de atos do contratado durante a execução dos serviços.
2. Seguro de Acidentes de Trabalho / Seguro de Vida - para cobertura de acidentes ocorridos com os trabalhadores do contratado, conforme legislação vigente.
3. Seguro de Equipamentos e Materiais - para proteção de equipamentos, máquinas e materiais mobilizados pelo contratado, contra roubo, furto, incêndio ou danos.

23.6. o contratado deve fornecer à Administração cópia das apólices ou comprovantes de contratação, com validade durante toda a execução do contrato.

23.7. O não cumprimento das exigências de seguros poderá impedir o início da execução dos serviços ou gerar penalidades previstas no contrato.

## **24. PRAZO E REGRAS DE GARANTIA SOBRE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS PRESTADOS**

24.1. O contratado deverá assegurar a garantia de todos os fornecimentos e serviços prestados, pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços ou entrega dos bens.

24.2. O prazo de garantia poderá ser maior, caso especificado em normas técnicas ou exigências do projeto, devendo constar expressamente no contrato.

Durante o período de garantia, o contratado deverá:

24.3. Corrigir, substituir ou reparar, sem custos adicionais, quaisquer defeitos ou falhas decorrentes de execução inadequada ou de materiais fornecidos;

24.4. Realizar atendimento técnico sempre que solicitado pela Administração, dentro de prazos razoáveis estabelecidos em contrato;

24.5. Fornecer peças, materiais ou equipamentos necessários à correção de falhas, quando aplicável;

24.6. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas nos serviços ou fornecimentos.

24.7. A Administração notificará formalmente o contratado ao identificar qualquer não conformidade ou defeito.

24.8. O contratado deverá iniciar a correção ou substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da notificação.

24.9. Caso o contratado não atenda à solicitação de garantia dentro do prazo, a Administração poderá:

- a. Executar a correção por conta própria ou contratar terceiros;
- b. Deduzir os custos correspondentes do pagamento ou da garantia contratual.

24.10. A garantia não cobre defeitos decorrentes de uso inadequado, manutenção incorreta ou causas externas não atribuíveis ao contratado.

24.11. Todos os serviços e fornecimentos substituídos ou reparados durante a garantia deverão manter as mesmas condições de qualidade e conformidade técnica do fornecimento original.

## **25. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado para realização desta contratação é de R\$ 113.379,55 (cento e treze mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), de acordo com a [Planilha Orçamentária RESUMO de 26/08/2025 \(ID 1996795\)](#) e [Planilha Orçamentária SINTETICO de 26/08/2025 \(ID 1996796\)](#).

## **26. DISPOSIÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO *AS-BUILT***

O *As-Built* consiste na documentação final do serviço ou obra, refletindo com precisão as condições reais de execução, incluindo alterações, correções e ajustes realizados durante a obra ou prestação do serviço.

26.1. A elaboração do *As-Built* é obrigatória e deverá ser fornecida pelo contratado como condição para o recebimento definitivo dos serviços.

26.2. O *As-Built* deve contemplar todas as alterações em relação aos projetos, especificações e documentação original, registrando fielmente:

- Alterações de projeto aprovadas durante a execução;
- Localização real de instalações, equipamentos, tubulações, cabos e outros elementos relevantes;
- Ajustes ou modificações realizadas por necessidade técnica ou segurança.

26.3. O *As-Built* deverá ser entregue em meio físico e digital, conforme exigência do contrato.

26.4. O conteúdo mínimo deve incluir:

1. Plantas, cortes e elevações atualizadas;
2. Memorial descritivo das alterações realizadas;
3. Lista de materiais e equipamentos efetivamente utilizados;
4. Registros fotográficos de execução;
5. Especificações técnicas revisadas, quando aplicável;
6. Registro de testes, ensaios e certificações finais.

26.5. O *As-Built* deverá ser elaborado e entregue até 15 (quinze) dias úteis após a conclusão dos serviços ou emissão do recebimento provisório.

26.6. A entrega do *As-Built* é condição obrigatória para o recebimento definitivo e liberação do pagamento final.

26.7. O contratado é responsável pela precisão, completude e consistência do *As-Built*.

26.8. A Administração se reserva o direito de:

- I. Verificar e validar as informações;
- II. Solicitar correções ou complementações caso o *As-Built* não esteja conforme as exigências contratuais.

26.9. O *As-Built* deve refletir fielmente todas as alterações autorizadas durante a execução, não sendo aceitas omissões ou alterações não documentadas.

26.10. Caso o *As-Built* apresente inconsistências, a Administração poderá reter o pagamento final até a entrega correta e completa.

## **27. OBTENÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

27.1. A obtenção do licenciamento ambiental necessário à execução do objeto contratual será de responsabilidade do contratado, salvo quando a legislação ou o contrato dispuser que caberá ao contratante fornecer documentos ou autorizações preliminares.

27.2. O contratado deve cumprir todas as normas e exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, garantindo a legalidade e conformidade ambiental das atividades.

27.3. O contratado deverá providenciar todos os documentos técnicos, estudos e relatórios exigidos para a obtenção do licenciamento ambiental, incluindo, quando aplicável:

1. Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA);
2. Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO);

3. Planos de Gestão Ambiental e de Mitigação de Impactos;

4. Outras autorizações específicas exigidas por legislação federal, estadual ou municipal.

27.4. O contratado deverá acompanhar o trâmite junto aos órgãos ambientais, fornecendo informações adicionais quando solicitadas e atendendo aos prazos legais.

27.5. O licenciamento ambiental deve ser obtido antes do início dos serviços que dependam da autorização ambiental.

27.6. Qualquer atraso na obtenção do licenciamento que impacte o cronograma deverá ser comunicado imediatamente à Administração, com justificativa formal.

27.7. O contratado deverá implementar todas as medidas de mitigação ambiental exigidas nas licenças e autorizações, garantindo a minimização de impactos durante a execução dos serviços.

27.8. A execução dos serviços sem a devida licença ambiental ou em desacordo com as condições nela estabelecidas poderá gerar penalidades contratuais, incluindo suspensão dos serviços, multas e responsabilização civil e administrativa.

27.9. A Administração reserva-se o direito de verificar e fiscalizar o cumprimento das exigências ambientais durante toda a execução do contrato.

## **28. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

FICHA 1592

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 28 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

022801 GABINETE DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

08 Assistência Social

08 122 Administração Geral

08 122 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA

08 122 0001 2051 0000 Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família - SEMASF

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ji-Paraná, 1º de abril de 2026.

elaborado por:

Melissa de A. Arantes

**ANEXO I**

**ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

O projeto básico é um dos elementos mais importantes tanto para a licitação como para a execução de obras públicas. Ele define, detalhadamente, o objeto a ser licitado e seu respectivo custo.

As irregularidades causadas por projetos básicos incompletos, deficientes ou desatualizados são encontradas com frequência nas auditorias realizadas pelo TCU e podem causar uma série de problemas, seja durante a execução da obra ou após a sua conclusão, gerando prejuízo ao funcionamento e à durabilidade da construção.

A Lei 14.133/2021 define o projeto básico[\[1\]](#) como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

1. levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
2. soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
3. identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
4. informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
5. subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; e

6. orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

O projeto básico deve conter informações detalhadas para que se compreenda com precisão o objeto que está sendo licitado, como ele se desenvolverá, em que prazo, e ainda possibilite a identificação e quantificação de todos os serviços que serão executados, bem como a caracterização e quantificação de todos os insumos (mão de obra, materiais e equipamentos) e seus custos.

Dessa forma, o projeto básico permanece sendo uma diretriz essencial para que o licitante entenda o objeto da licitação da qual irá participar, sendo um instrumento importante para o sucesso da contratação.

De forma geral, o projeto básico é constituído tanto por elementos dos projetos de engenharia propriamente ditos (plantas, desenhos, especificações, memoriais, orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro etc.) quanto de informações e documentos contendo aspectos legais e parâmetros a serem utilizados no processo licitatório e na gestão do futuro contrato, os quais podem decorrer de decisões adotadas na etapa de elaboração do estudo técnico preliminar.

Vale lembrar que o projeto básico de engenharia de uma obra deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, podendo ser contratada empresa específica de engenharia ou arquitetura para sua elaboração, nos casos em que o órgão não disponha de uma quantidade suficiente de profissionais técnicos especializados. Mesmo no caso de contratação de empresa especializada, o administrador público permanece com a responsabilidade de avaliar se os documentos e projetos fornecidos são adequados, devendo exigir do contratado a realização de todos os ajustes necessários.

No que tange à parcela do conteúdo do projeto básico que será utilizada para definir a modelagem da licitação, bem como para subsidiar a elaboração do edital e as regras de gestão contratual, é possível elencar os seguintes tópicos, dentre outros:

1. descrição do objeto a ser licitado;
2. justificativa e objetivo da contratação;
3. descrição da(s) solução(ões);
4. classificação das obras e/ou serviços como comuns ou especiais;
5. forma de seleção do prestador de serviço/fornecedor;
6. requisitos da contratação;
7. diretrizes sobre a sustentabilidade da contratação e demonstração do alinhamento da contratação com as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável do órgão licitante;
8. regime de execução contratual;
9. forma de adjudicação do objeto;
10. justificativas para o parcelamento ou não do objeto;
11. requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira;
12. necessidade ou não de vistoria dos licitantes ao local de prestação dos serviços, observando a possibilidade de os participantes da licitação apresentarem declaração afirmando que conhecem as condições dos locais de execução;



13. cláusulas de reajuste contratual, estipulando o(s) índice(s) aplicável(eis);
14. penalidades;
15. normas gerais de fiscalização contratual;
16. se for o caso, definição sobre a elaboração do projeto executivo pelo contratado, com especificação de prazos de execução, produtos a serem entregues e demais especificações cabíveis;
17. regras sobre a subcontratação (percentual máximo admitido; parcelas do objeto possíveis de serem subcontratadas; documentos a serem exigidos para autorização da subcontratação);
18. forma de pagamento ou critérios de medição dos serviços;
19. definição sobre a periodicidades das medições; prazos para pagamento; documentos exigidos para atestação das faturas;
20. nas empreitadas por preço global, tabela com eventos geradores de pagamento (eventograma), com marcos/etapas contratuais contendo percentuais pré-definidos para pagamentos
21. critérios de recebimento dos serviços (prazos de recebimento provisório e definitivo; documentos exigidos; teses e ensaios a serem realizados, definição dos responsáveis pelo recebimento, bem como outras regras aplicáveis);
22. critérios de aceitabilidade global e unitário de preços;
23. regras diversas sobre o julgamento das propostas;
24. prazos da execução dos serviços e vigência contratual;
25. prazo para início dos serviços;
26. local de prestação dos serviços;
27. materiais, ferramentas e equipamentos a serem disponibilizados e/ou mobilizados pelo contratado;
28. obrigações do contratante e do contratado;
29. matriz de riscos com a alocação de responsabilidades por eventos supervenientes à contratação;
30. instrumentos de medição por resultado (acordo de níveis de serviço);
31. definição sobre a permissão para a participação ou não de consórcios no certame, com as regras aplicáveis;
32. em licitações de técnica e preço, detalhar os critérios de pontuação técnica e da nota de preço;
33. exigências de garantia contratual e seguros etc.;
34. prazo e regras de garantia sobre os fornecimentos e serviços prestados;
35. disposições diversas sobre a elaboração do As built;
36. indicação dos recursos orçamentários;
37. se for o caso, o projeto básico deverá discorrer sobre as condições relacionadas com a responsabilidade do contratado pela obtenção do licenciamento ambiental e/ou pela realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

A Lei 14.133/2021 dispensa a elaboração prévia de projeto básico apenas no caso de contratação integrada. Nesse regime de execução, a elaboração do projeto básico é de responsabilidade do contratado. Para esses casos, deverá ser elaborado anteprojeto, conforme tratado no item 4.4.2. O anteprojeto contém os subsídios necessários à elaboração do projeto básico<sup>[2]</sup>, constituindo um elemento prévio, que vai direcionar o contratado na elaboração do projeto básico.

Merece registro que é vedada a participação na licitação e/ou na execução da obra de qualquer pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo da obra, com exceção das contratações integradas, em que é permitido contratar o próprio

projeto básico e o projeto executivo juntamente com a execução da obra. Por outro lado, nos demais regimes de execução contratual, a Lei permite a contratação conjunta do projeto executivo com a obra[3].

Os autores dos anteprojetos e projetos podem participar da contratação no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos o órgão ou entidade[4].

Além disso, a norma dispõe que, como regra, o projeto executivo é obrigatório para a realização de obras e serviços de engenharia. Todavia, prevê a exceção[5] de dispensa da elaboração de projetos executivos[6], com especificação do objeto apenas em projeto básico ou em termo de referência, em se tratando de estudo técnico preliminar para a contratação de obras ou serviços comuns de engenharia, respectivamente, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

Por fim, a Lei 14.133/2021 determinou que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la[7].

A modelagem BIM pode ser definida como o conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo[8].

Nesse sentido, o Governo Federal estabeleceu, por meio do Decreto 10.306/2020, a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal.

## **ANEXO II**

### **ÍNDICE DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. **Descrição detalhada do objeto** - Documentos Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA\_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797)
  - Indicar a natureza da obra - item 1 deste TR.
  - Definir o escopo e a abrangência dos serviços - itens 3, 4, e 5.
2. **Memorial descritivo** - Memorial Descritivo MEMORIAL DESCRITIVO\_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996788)
3. **Projetos e desenhos técnicos**
  - Plantas, cortes, fachadas, detalhes construtivos e complementares (elétrico, hidráulico, estrutural, acessibilidade):
  - Projeto ARQ 01-05 de 26/08/2025 (ID 1996778)
  - Projeto ARQ 02-05 de 26/08/2025 (ID 1996781)
  - Projeto ARQ 03-05 de 26/08/2025 (ID 1996782)

- Projeto ARQ 04-05 de 26/08/2025 (ID 1996784)
- Projeto ARQ 05-05 de 26/08/2025 (ID 1996786)
- Projeto LOC 01-01 de 26/08/2025 (ID 1996787)

#### 4. Responsabilidade técnica

- Obrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) - RTT - RTT - Registro de Responsabilidade Técnica RRT 15919925 de 26/08/2025 (ID 1996801)

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 15/04/2026 às 09:19, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 15/04/2026 às 10:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2574861** e o código verificador **8C241D9C**.

---

Referência: [Processo nº 1-12638/2023](#).

Docto ID: 2574861 v2



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**Processo Administrativo n. 12.638/2023**

**OBRA DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE**  
**DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**LIBERDADE ASSISTIDA - CREAS/LA**

**INTRODUÇÃO**

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborado em conformidade com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, constitui a etapa inicial do planejamento da contratação destinada à reforma das instalações prediais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA, situado à Av. Mato Grosso, 3042 - Dom Bosco - CEP.: 76.907-810 - Ji-Paraná/RO.

O objetivo principal é promover a reforma predial e adequação de acessibilidade aos usuários e servidores, minimizando barreiras físicas e garantindo inclusão e autonomia para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e pelas normas técnicas da ABNT NBR 9050/2020.

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF
- Unidade Beneficiada: Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA
- Projeto/Atividade: Execução de obra de reforma e implantação de acessibilidade, complementação e adequação de calçadas no entorno do CREAS/LA
- Finalidade da contratação: Atender às normas de acessibilidade e garantir segurança, mobilidade e inclusão social dos usuários do equipamento público, em especial pessoas com deficiência, idosos e demais cidadãos com mobilidade reduzida
- Área de Reforma: 202,11 m<sup>2</sup>
- Área Cobertura: 250,12 m<sup>2</sup>

- Valor estimado: R\$ 113.379,55 (cento e treze mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)
- Endereço: Av. Mato Grosso, 3042 - Dom Bosco - CEP.: 76.907-810 - Ji-Paraná/RO
- Data da elaboração: 10 de novembro de 2025

## **1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - DESCRIÇÃO DA DEMANDA**

1.1. A presente demanda tem por objeto a reforma predial e implantação de acessibilidade no CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LIBERDADE ASSISTIDA - CREAS/LA, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, com o objetivo de adequar as instalações físicas às normas vigentes de acessibilidade e garantir condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

1.2. Considerando a natureza das intervenções a serem executadas, que envolvem adequações estruturais, adaptações físicas necessárias ao atendimento da NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), o objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. A atual estrutura do CREAS/LA apresenta barreiras físicas que limitam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Tal situação compromete a qualidade e a universalidade do atendimento, contrariando as normativas de acessibilidade e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade. São as barreiras identificadas conforme o Memorial Descritivo MEMORIAL DESCRITIVO de 08/10/2025 (ID 2100650) e Relatório RELATÓRIO FOTOGRAFICO de 08/10/2025 (ID 2100649):

- a. Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis - instalação de barras de apoio; troca das para largura mínima de 0,90m com barra e chapa de aço inox;
- b. Adequação da entrada - fazer calçada para acesso (frente);
- c. Adequação da edificação - tocar todo o revestimento do piso e o forro do beiral;
- d. Construção da calçada em frente ao prédio em questão.

1.4. A adequação da infraestrutura é medida imprescindível para assegurar o pleno exercício dos direitos dos usuários da assistência social, atendendo à legislação vigente e promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo e seguro.

## **2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

2.1. A presente contratação está alinhada ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes de acessibilidade e inclusão social da política de assistência. A proposta está em conformidade com os princípios da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), especialmente no que se refere ao planejamento eficiente, ao atendimento ao interesse público e à promoção da equidade no acesso aos serviços públicos.

2.2. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, em especial à [DFD - Formalização de Demanda 1864 de 10/04/2026 \(ID 2596076\)](#), contribuindo para a melhoria da infraestrutura e a eficiência na prestação dos serviços à população.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A execução dos serviços objeto deste documento deverá observar integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, em especial a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as normas técnicas da ABNT, notadamente a NBR 9050/2020, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

3.2. A contratada será responsável por garantir que todos os serviços executados atendam plenamente aos padrões técnicos de acessibilidade, segurança e usabilidade, sob pena de rejeição da obra.

3.3. Os serviços serão executados nas dependências do CREAS/LA, situado em Ji-Paraná/RO, em local indicado pela contratante, observadas as condições de segurança, limpeza e integridade do espaço físico durante a execução.

3.4. O prazo de execução definido no Planilha Orçamentária CFF de 08/10/2025 (ID 2100652) será de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela contratante.

3.5. Será exigida da contratada a garantia de 5 (cinco) anos sobre os serviços executados e materiais aplicados, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo eventuais reparos decorrentes de falhas de execução ou vícios ocultos, sem ônus adicional para a Administração.

3.6. A contratada deverá assegurar assistência técnica e manutenção corretiva durante o período de garantia, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ajustes necessários para o pleno funcionamento e conformidade das adaptações realizadas.

3.7. Poderá ser exigida vistoria prévia dos licitantes no local de execução dos serviços, com emissão de declaração de vistoria ou termo de ciência das condições do imóvel, a ser anexado à proposta, a fim de garantir a adequada compreensão do objeto e das condições de execução.

3.8. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços, salvo mediante autorização expressa da Administração, e desde que não comprometa a qualidade e a responsabilidade técnica pela execução.

3.9. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão realizados por servidor designado pela SEMASF, que registrará em relatório próprio o andamento da execução, a conformidade dos materiais empregados e a observância dos prazos contratuais.

3.10. Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade, atender às normas técnicas brasileiras (NBR) e possuir garantia mínima do fabricante.

3.11. A contratada deverá assegurar que os elementos construtivos (como pisos, calçadas, portas e corrimãos) tenham resistência e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em espaço público.

3.12. A substituição ou reparo de materiais defeituosos será de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

3.13. A execução dos serviços deverá ser planejada de modo a minimizar impactos no funcionamento do CREAS/LA, priorizando etapas e frentes de trabalho que permitam a continuidade do atendimento.

3.14. A contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando fases de execução, prazos parciais e previsão de entrega final.

3.15. Sempre que necessário, a empresa deverá providenciar isolamento das áreas em obra, garantindo segurança a usuários e servidores.

3.16. A sinalização a ser implantada deverá contemplar elementos visuais, táteis e de contraste cromático, em conformidade com a ABNT NBR 9050/2020 e demais normas aplicáveis.

3.17. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais sustentáveis, de baixo impacto ambiental, recicláveis ou provenientes de fornecedores que comprovem práticas de responsabilidade socioambiental.

3.18. A geração de resíduos deverá ser controlada, devendo a contratada realizar a destinação ambientalmente adequada dos entulhos e sobras da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

3.19. Incentivar o uso de tecnologias e soluções construtivas que promovam eficiência energética e redução de desperdício de água e energia durante a execução.

#### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

4.1. Considerando o levantamento preliminar realizado nas instalações do CREAS/LA, identificam-se as seguintes necessidades de reforma e adequação de acessibilidade, cujas quantidades aqui apresentadas possuem caráter meramente estimativo, estando sujeitas a ajustes e detalhamento no Projeto Básico:

- a. Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis - instalação de barras de apoio; troca das para largura mínima de 0,90m com barra e chapa de aço inox;
- b. Adequação da entrada - fazer calçada para acesso (frente);
- c. Adequação da edificação - tocar todo o revestimento do piso e o forro do beiral;
- d. Construção da calçada em frente ao prédio em questão.

4.2. Para a definição dos quantitativos e dos respectivos valores de referência, foram utilizadas Composições Analíticas com Preço Unitário, as quais discriminam de forma pormenorizada os insumos, serviços, coeficientes de produtividade e custos envolvidos em cada etapa da obra, garantindo maior precisão, transparência e aderência à realidade do mercado.



4.3. As planilhas contendo as Planilha Orçamentária CPU de 08/10/2025 (ID 2100653) possibilita a verificação dos critérios adotados, dos quantitativos estimados e da formação dos preços unitários, de forma a assegurar a rastreabilidade das informações e a adequada instrução do processo administrativo, da seguinte forma:

Composições Analíticas com Preço Unitário							
Composições Principais							
1.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU - ADM Próprio	ADM DE OBRA CREAS/SEMASF - DOM BOSCO	SERT - SERVIÇOS TECNICOS	UN	1,0000000	11.171,52	11.171,52
Composição Auxiliar	90776 SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	360,0000000	27,08	9.748,80
Composição Auxiliar	90777 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,0000000	118,56	1.422,72
				MO sem LS =>	10.110,84	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	2.286,81	MO com LS =>	10.110,84
						Valor com BDI =>	13.458,33
2.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CREA - RO Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	254,59	254,59
Insumo	CREA - RO Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	Taxas	UN	1,0000000	254,59	254,59
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	52,11	MO com LS =>	0,00
						Valor com BDI =>	306,70
2.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	9748003 DER Próprio RO 07/2025	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	3.053,57	3.053,57
Insumo	P9851 SICRO3	Médico do trabalho	Mão de Obra	mês	0,1800000	16.964,32	3.053,57
				MO sem LS =>	3.053,57	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	625,06	MO com LS =>	3.053,57
						Valor com BDI =>	3.678,63
Composição	CPU-72236 Próprio	RETIRADA DE FORRO DE MADEIRA EM TABUAS	SERP - SERVIÇOS	m²	1,0000000	17,87	17,87
Composição Auxiliar	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,5000000	24,85	12,42
Composição Auxiliar	88261 SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2000000	27,29	5,45
				MO sem LS =>	12,62	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	3,65	MO com LS =>	12,62
						Valor com BDI =>	21,52
3.7	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU - 97644 Próprio	REMOÇÃO DE PORTÃO , DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	m²	1,0000000	10,21	10,21
Composição	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1315300	28,90	3,80
				MO sem LS =>	7,25	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	2,08	MO com LS =>	7,25
						Valor com BDI =>	12,29
4.4.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU - 100675 Próprio (SINAPI)	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MEDIA 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF 01/2020	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000	2.491,84	2.491,84
Composição Auxiliar	100874 SINAPI	LOUÇAS E METAIS	Louças e Metais	UN	1,0000000	321,51	321,51
Composição Auxiliar	88261 SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6870000	27,29	18,74
Composição Auxiliar	90830 SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA,	Esquadrias - Portas	UN	1,0000000	173,21	173,21
Insumo	00012759 SINAPI	CHAPA ACO INOX AISI 304 NUMERO 9 (E = 4 MM), ACABAMENTO NUMERO	Material	m²	0,7200000	1.143,60	823,39
Insumo	00038124 SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	UN	1,1620000	32,00	37,18
				MO sem LS =>	67,46	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	510,07	MO com LS =>	67,46
						Valor com BDI =>	3.001,91
4.4.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU- Próprio PORTÃO	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	INES - INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M²	1,0000000	815,85	815,85
Composição Auxiliar	88309 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4570000	28,90	13,20
Composição Auxiliar	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2290000	24,85	5,69
Composição Auxiliar	88627 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:0,5:4,5 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA	Argamassas	m³	0,0120000	868,42	10,42
				MO sem LS =>	15,49	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	167,00	MO com LS =>	15,49
						Valor com BDI =>	982,85

5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU- 9537	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	3,47	3,47
	(SINAPI 04/2022)							
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1400000	24,85	3,47
				MO sem LS =>	2,42	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do BDI =>	0,71	Valor com BDI =>		4,18

1/2



D: 2100653 e CRC: 8127CFA6

SEMPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA  
CNPJ: 04.092.672/0001-25

Total sem BDI	94.128,23
Total do BDI	19.251,32
Total Geral	113.379,55

4.4. Planilha Orçamentária SINTÉTICO de 08/10/2025 (ID 2100657)

Composições Auxiliares	
Total sem BDI	94.128,23
Total do BDI	19.251,32
Total Geral	113.379,55

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para subsidiar o planejamento da contratação e a definição da solução mais adequada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções técnicas disponíveis que atendam às necessidades de reforma predial e implantação de acessibilidade no CREAS/LA, observando os requisitos legais, normativos e operacionais aplicáveis.

5.2. O levantamento contemplou a análise de serviços e métodos de execução utilizados por empresas do setor de engenharia, especialmente aqueles voltados à adequação física de edificações às normas de acessibilidade.

5.3. No mesmo sentido, identificadas condições usuais de prestação de serviços, como prazos médios de execução, garantias ofertadas, exigência de responsabilidade técnica, fornecimento de materiais e mão de obra, além da observância às normas técnicas da ABNT NBR 9050/2020 e demais legislações correlatas.

5.4. Esse levantamento teve por finalidade compreender as soluções disponíveis no mercado e as práticas adotadas pelo setor, subsidiando a elaboração do Projeto Básico e posterior pesquisa de preços para definição do valor estimado da contratação.

## 6. ESTIMATIVA DE VALORES

O valor estimado para realização desta contratação é de **R\$ 113.379,55 (cento e treze mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)** de acordo com a Planilha Orçamentária RESUMO de 08/10/2025 (ID 2100656) e Planilha Orçamentária SINTÉTICO de 08/10/2025 (ID 2100657).

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta para a reforma predial e adequação de acessibilidade nas instalações do CREAS/LA consiste na execução de obras civis e implantação de sinalização acessível, de forma a eliminar barreiras físicas e garantir o acesso seguro e inclusivo a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, atendendo às normas técnicas e legais aplicáveis.

7.2. Conforme orientação do TCU, a descrição da solução deve contemplar:

### 1. O que será feito (escopo da obra e serviços)

- Demolição dos pisos/revestimentos;
- Remoção do forro;
- Remoção do portão;
- Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco maior ou igual a 0,60m;
- Pintura;
- Instalação de acessórios - conforme item 4.5 da Planilha Orçamentária SINTÉTICO de 08/10/2025 (ID 2100657);
- Limpeza final.

### 2. Como será feito (metodologia e critérios técnicos)

- Obras e serviços executados em etapas, minimizando impactos no atendimento ao público;
- Materiais duráveis e de baixo impacto ambiental;
- Conformidade com normas técnicas (ABNT NBR 9050, NBR 9077) e legislação de acessibilidade (Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015);
- Cronograma físico-financeiro detalhado, com previsão de prazos parciais e entrega final.

### 3. Por que a solução atende à necessidade

- Elimina barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- Garante segurança e conforto aos usuários e servidores;
- Atende aos Princípios da Eficiência, Economicidade e Legalidade, conforme exigido pelo TCU em análises de projetos e contratações de obras públicas.

### 4. Resultado esperado

- Acessibilidade universal e inclusiva no CREAS/LA;
- Conformidade com legislação vigente e normas técnicas;
- Melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação NÃO será parcelada, pois tanto a demolição, a reforma, a acessibilidade em si, acessórios e limpeza final estão integrados à obra de engenharia e depende do mesmo cronograma de execução, como demonstrado na Planilha Orçamentária MEMORIA DE CALCULO de 08/10/2025 (ID 2100655).

8.2. Dessa forma, os serviços são indissociáveis, não sendo viável a contratação em etapas ou por fornecedores distintos. A execução conjunta garante a coordenação adequada das atividades, a conformidade com o projeto e o atendimento aos prazos estabelecidos, além de otimizar recursos e assegurar a qualidade final da obra.

## **9. RESULTADO PRETENDIDOS**

9.1. Adequação física e funcional do espaço - realizar a reforma das instalações do CREAS/LA, garantindo ambientes adequados às atividades desenvolvidas.

9.2. Acessibilidade - eliminar barreiras físicas e garantir total conformidade com a legislação vigente sobre acessibilidade, incluindo normas da ABNT (NBR 9050).

9.3. Sinalização eficiente - implantar a sinalização necessária, integrada à obra, para orientar usuários e profissionais, aumentando a segurança e funcionalidade do espaço.

9.4. Qualidade e segurança da obra - executar todos os serviços de acordo com o projeto técnico, garantindo durabilidade, segurança estrutural e conforto aos usuários.

9.5. Otimização de recursos - realizar a contratação de forma unificada, permitindo melhor coordenação dos serviços e aproveitamento eficiente de recursos públicos.

## **10. ATOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

1. Elaboração e aprovação do Projeto Básico - definir objeto, especificações, cronograma, estimativa de custos e resultados pretendidos.
2. Estudo Técnico Preliminar - comprovar a necessidade da contratação, detalhar aspectos técnicos, econômicos e legais, incluindo análise de indissociabilidade dos serviços.
3. Verificação de disponibilidade orçamentária - confirmar a existência de recursos financeiros no orçamento da Secretaria para cobertura da despesa.
4. Consulta a Painel de Preços e pesquisa de mercado - levantar valores de referência para subsidiar a estimativa de custos e garantir economicidade.
5. Definição da modalidade de contratação - determinar se será por inexigibilidade, dispensa ou licitação, com base na legislação aplicável (Lei nº 14.133/2021).
6. Publicação do aviso de contratação - garantir transparência e publicidade, conforme previsto na legislação, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
7. Revisão e aprovação jurídica - avaliar a conformidade legal do processo e das minutas contratuais.
8. Demais providências específicas do objeto - incluir análise de impactos ambientais, requisitos de acessibilidade e outras exigências legais ou normativas relacionadas à obra.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

Durante a fase de planejamento, foi realizada a verificação de possíveis contratações correlatas ou interdependentes relacionadas à execução dos serviços de implantação de acessibilidade no CREAS/LA.

Constatou-se não haver contratos vigentes ou processos em andamento que tratem de objeto idêntico ou que dependam diretamente da presente contratação.

Entretanto, ressalta-se que esta iniciativa integra o conjunto de ações voltadas à adequação e melhoria da infraestrutura física das unidades vinculadas à SEMASF, visando garantir condições adequadas de atendimento e cumprimento das normas de acessibilidade e segurança aplicáveis aos equipamentos públicos.

Portanto, a presente contratação não possui interdependência técnica ou operacional imediata com outros contratos, podendo ser executada de forma autônoma, sem prejuízo da continuidade das demais atividades desenvolvidas na unidade.

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. A execução da reforma no CREAS/LA poderá gerar impactos ambientais de baixa intensidade relacionados principalmente à geração de resíduos de construção civil e à utilização de materiais de obra. Para minimizar os efeitos ambientais, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

1. Gestão de resíduos - segregar, armazenar e destinar corretamente os resíduos da obra, priorizando a reciclagem e o descarte em locais licenciados.
2. Uso racional de materiais - planejar a utilização de materiais de forma eficiente, evitando desperdícios.
3. Controle de ruído e poeira - adotar práticas que reduzam emissão de ruídos e poeira durante a execução da obra, em atenção à legislação municipal e normas de segurança.
4. Sustentabilidade - sempre que possível, priorizar materiais e técnicas construtivas com menor impacto ambiental.

12.2. O cumprimento dessas medidas assegura que a obra seja realizada de forma responsável, minimizando impactos ao meio ambiente e atendendo às normas legais e ambientais aplicáveis.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Após a análise das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para a obra de reforma e implantação de acessibilidade no CREAS/LA é tecnicamente VIÁVEL e necessária, considerando a obrigatoriedade de adequação das edificações públicas às normas de acessibilidade e a relevância social do serviço prestado pela unidade.

A demanda apresenta plena compatibilidade com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, além de atender aos princípios da eficiência, economicidade e acessibilidade universal. O levantamento de mercado evidenciou a existência de soluções técnicas disponíveis e de fornecedores capacitados para execução do objeto, o que demonstra a viabilidade da contratação sob os aspectos técnico e operacional.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade do processo administrativo para elaboração do Termo de Referência e demais peças técnicas, visando à realização do procedimento licitatório ou instrumento de contratação cabível, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Ji-Paraná, 1º de abril de 2026

Elaborado por:

Melissa de Andrade Arantes

Assinado por:

**Marley Muniz**

**Secretária Municipal de Assistência Social e da Família**

Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 15/04/2026 às 09:19, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 15/04/2026 às 10:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2570271** e o código verificador **5F59701D**.

---

Referência: [Processo nº 1-12638/2023](#).

Docto ID: 2570271 v2









# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	PRANCHA LOC 01-01	08/10/2025

ID:	2100648	Processo	Documento
CRC:	A8308FB4		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:26	Finalização:	08/10/2025 08:31:26

MD5: E889A991CF52B5CF4DAB5864FF03074C

SHA256: 79FB6432BC882316D73D9CA66D632D509037451D2DDE6BAE47CBC4A4CCE2E25C

Símbula/Objeto:

PROJETO ARQUITETÔNICO

### INTERESSADOS

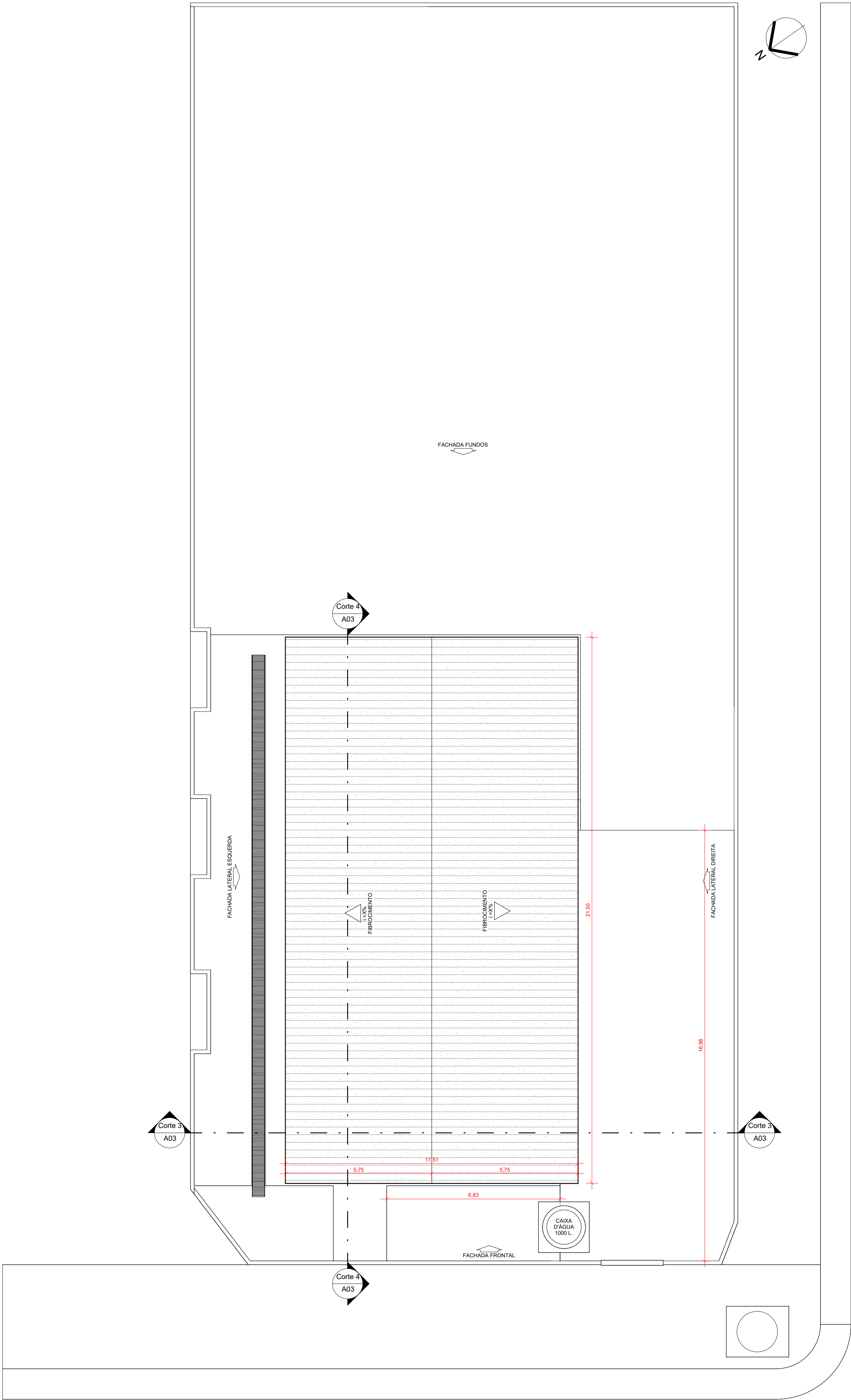
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:26
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:26
--------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100648 e o CRC A8308FB4.





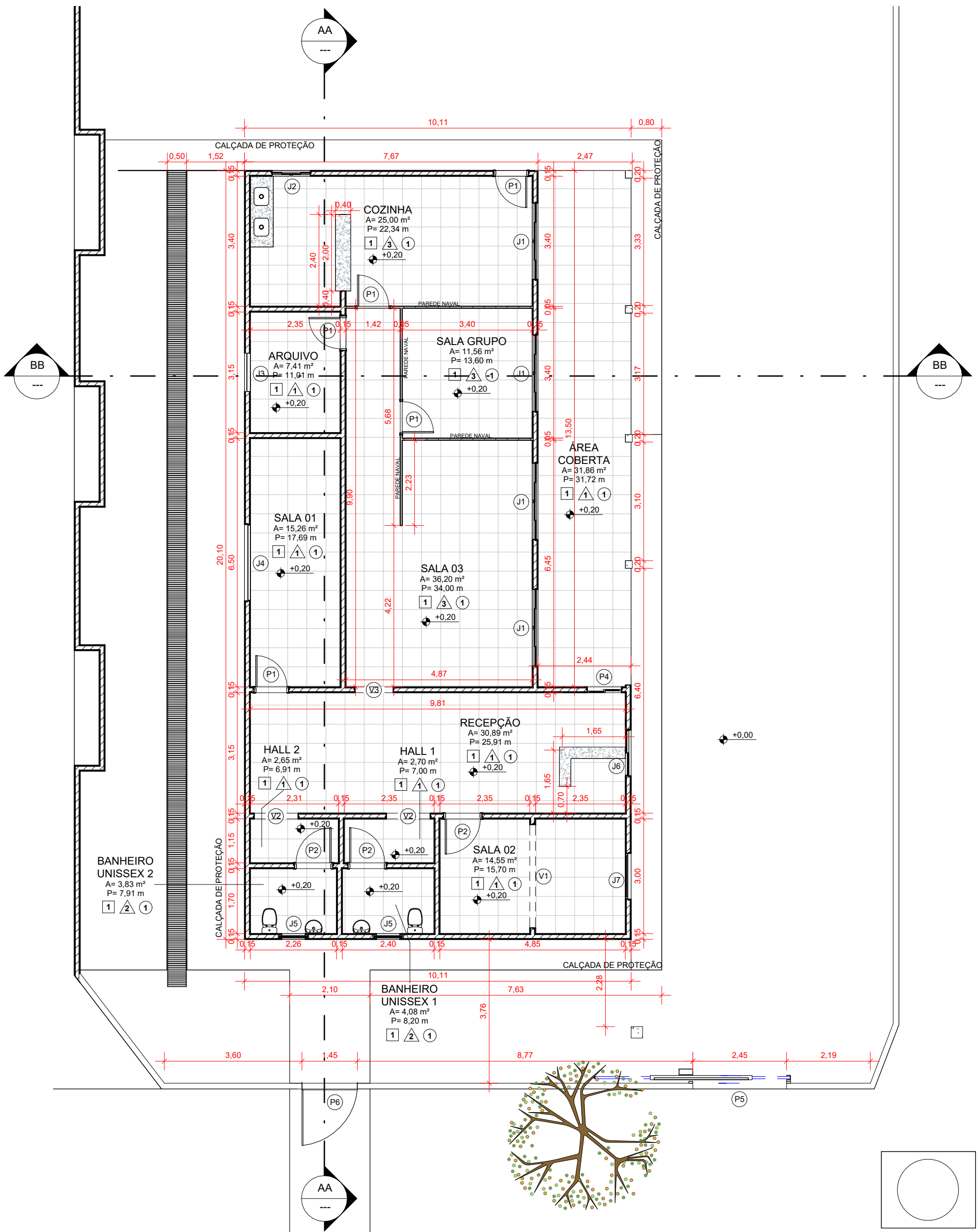
3 COBERTURA  
1 : 100



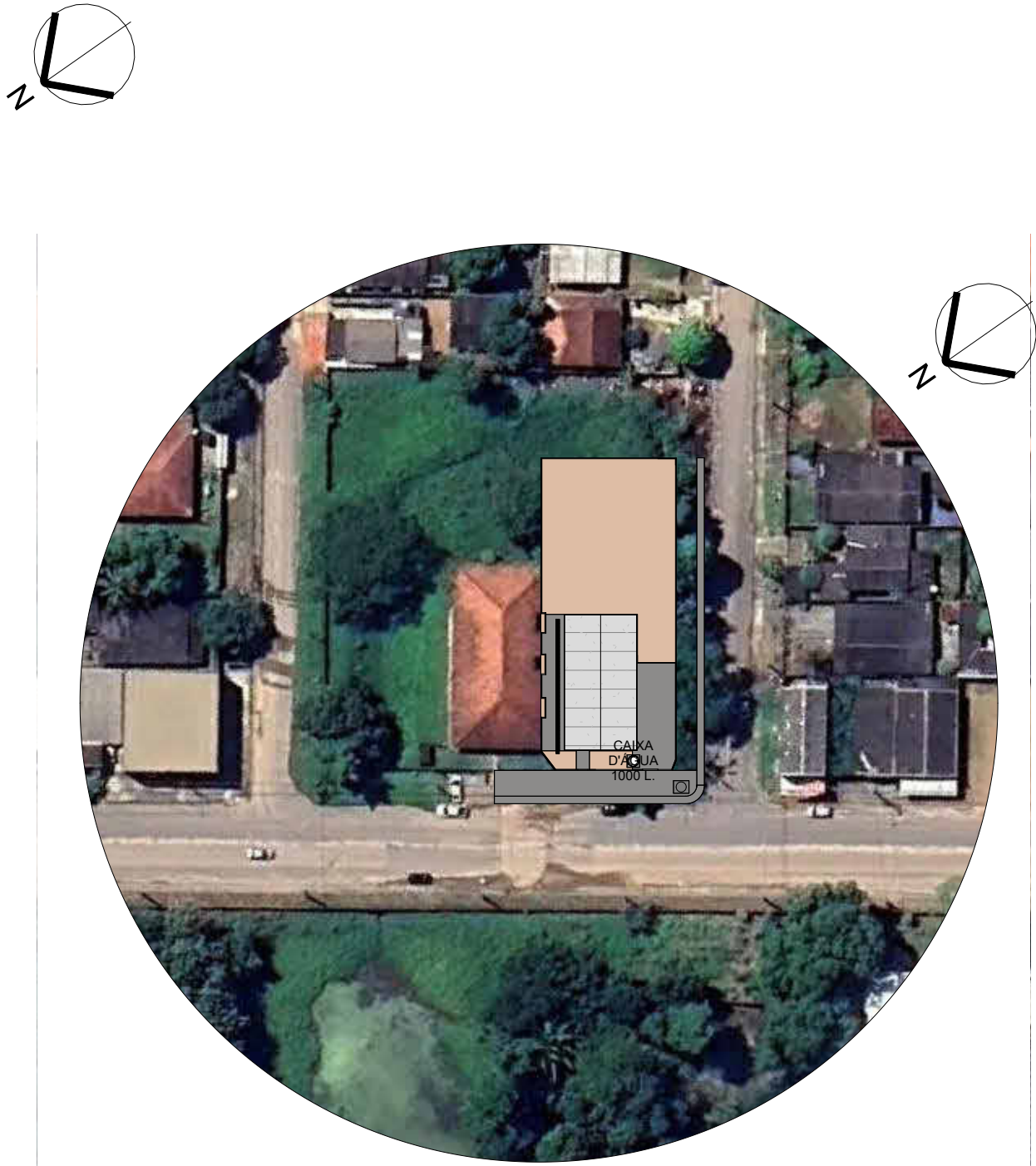
ID: 2100645 e CRC: 9F370CB2



1 PLANTA DE SITUAÇÃO  
1 : 1000



4 PLANTA BAIXA - EXISTENTE  
1 : 100



2 PLANTA DE LOCAÇÃO  
1 : 1000

TABELA DE PORTAS - EXISTENTE				
CÓDIGO	QUANT	LARGURA	ALTURA	MODELO
P1	5	0,80	2,10	PORTA DE ABRIR - MADEIRA
P2	3	0,90	2,10	PORTA DE ABRIR - MADEIRA
P4	1	0,90	2,10	PORTA DE CORRER DUPLA - VIDRO
P5	1	2,45	1,70	PORTÃO DE CORRER - METÁLICO
P6	1	1,45	1,65	PORTÃO PEQUENO DE ABRIR
V1	1	2,70	2,80	VÃO LIVRE
V2	2	1,15	2,10	VÃO LIVRE
V3	1	1,00	2,10	VÃO LIVRE

TABELA DE JANELAS - EXISTENTE					
CÓDIGO	QUANT.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	ILUMINAÇÃO ÁREA (m²)
J1	4	2,00	1,20	0,90	9,60 m²
J2	1	1,00	1,40	1,00	1,40 m²
J3	1	1,00	0,50	2,00	0,50 m²
J4	1	2,00	1,20	0,90	2,40 m²
J5	2	0,80	0,60	1,90	0,96 m²
J6	1	1,20	1,25	0,80	1,50 m²
J7	1	1,20	2,00	0,90	2,40 m²

QUADRO DE ACABAMENTOS	
<input type="checkbox"/> PISO	DESCRIÇÃO
1	PISO CERÂMICO
<input checked="" type="checkbox"/> PAREDE	
1	PINTURA ACRÍLICA
2	REVESTIMENTO CERÂMICO
3	PAREDE COM ACABAMENTO NAVAL E PINTURA EM ALVENARIA
<input type="checkbox"/> TETO	
1	FORRO EM MADEIRA

	<b>SEMPLAN</b> Secretaria Municipal de Planejamento	TIPO: ARQ	ÁREAS: Área Construída:.....203,11 m² Área Cobertura:.....250,12 m²
PROJETO: ARQUITETÔNICO			
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF			MODIFICAÇÕES:
CONTEÚDO: PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA DE LOCAÇÃO, PLANTA DE COBERTURA E PLANTA BAIXA			A: B: C: D: E:
LOCAL: AVENIDA MATO GROSSO, N. 3042, BAIRRO DOM BOSCO AO LADO DA UBS DOM BOSCO- JI-PARANÁ/RO			
Nº do Processo: 12638/2023		Nº da ART/RRT: CAU: A311309-4	
REV:	DIM: METROS	ESC: Como indicado	FOLHA: A01 / TIPO
			DATA: Outubro de 2025

Documento assinado digitalmente:  
GRAZIELA GOMES PIRES  
Data: 07/10/2025 13:06:15-0300  
Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

Graziella Gomes Pires



# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	PRANCHA ARQ 01-03	08/10/2025

ID:	2100645	Processo	Documento
CRC:	9F370CB2		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:24	Finalização:	08/10/2025 08:31:24

MD5: 6B8B5134C3BC23C295ADB757FA41869D

SHA256: 4AC72FF7E243FDDB6D4BB0D5A9F642CC2AB82AFB65A60D9BA991DAF052D63BFC

Símbula/Objeto:

PROJETO ARQUITETÔNICO

### INTERESSADOS

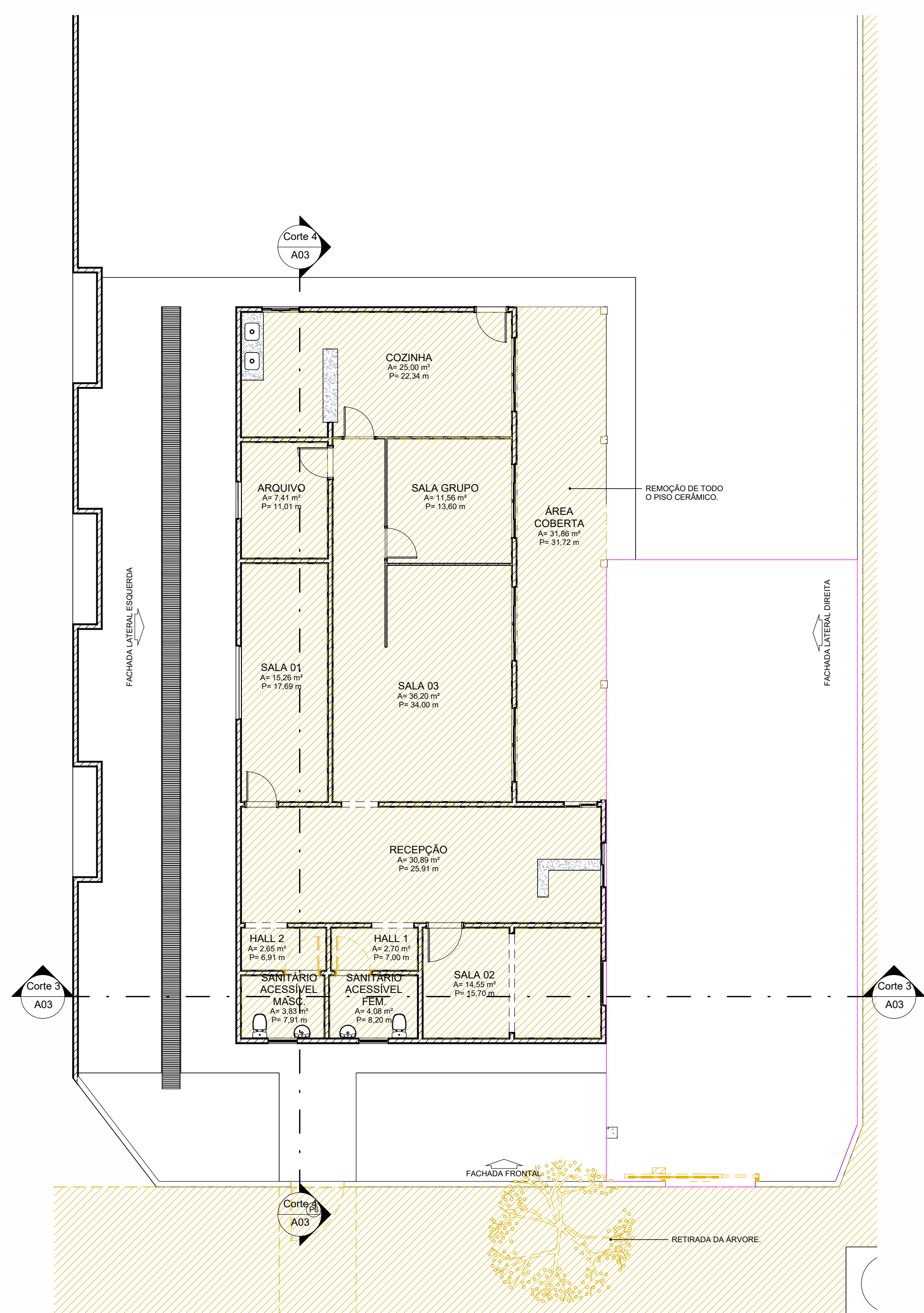
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:24
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

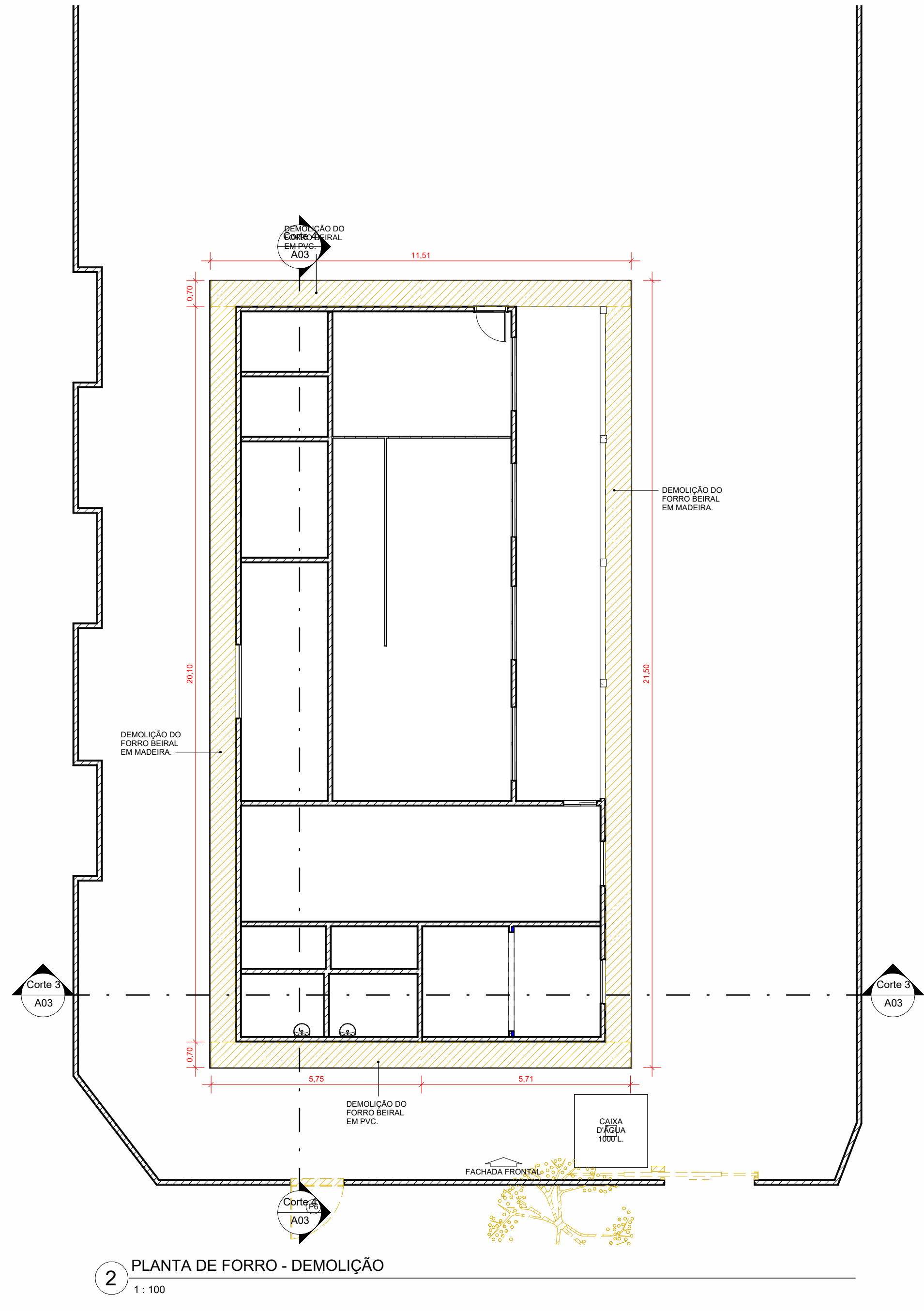
OUTROS	08/10/2025 08:31:24
--------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100645 e o CRC 9F370CB2.

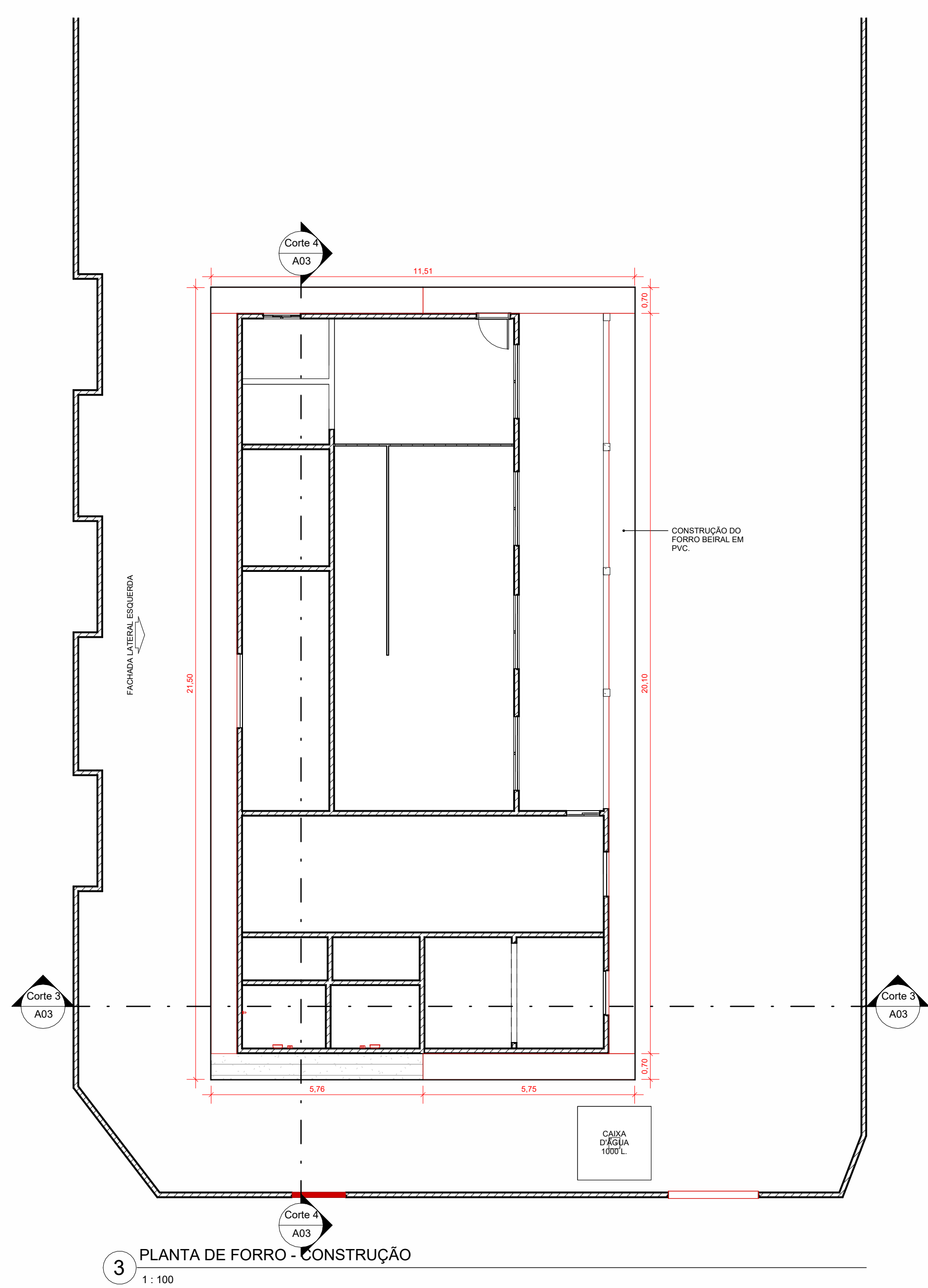




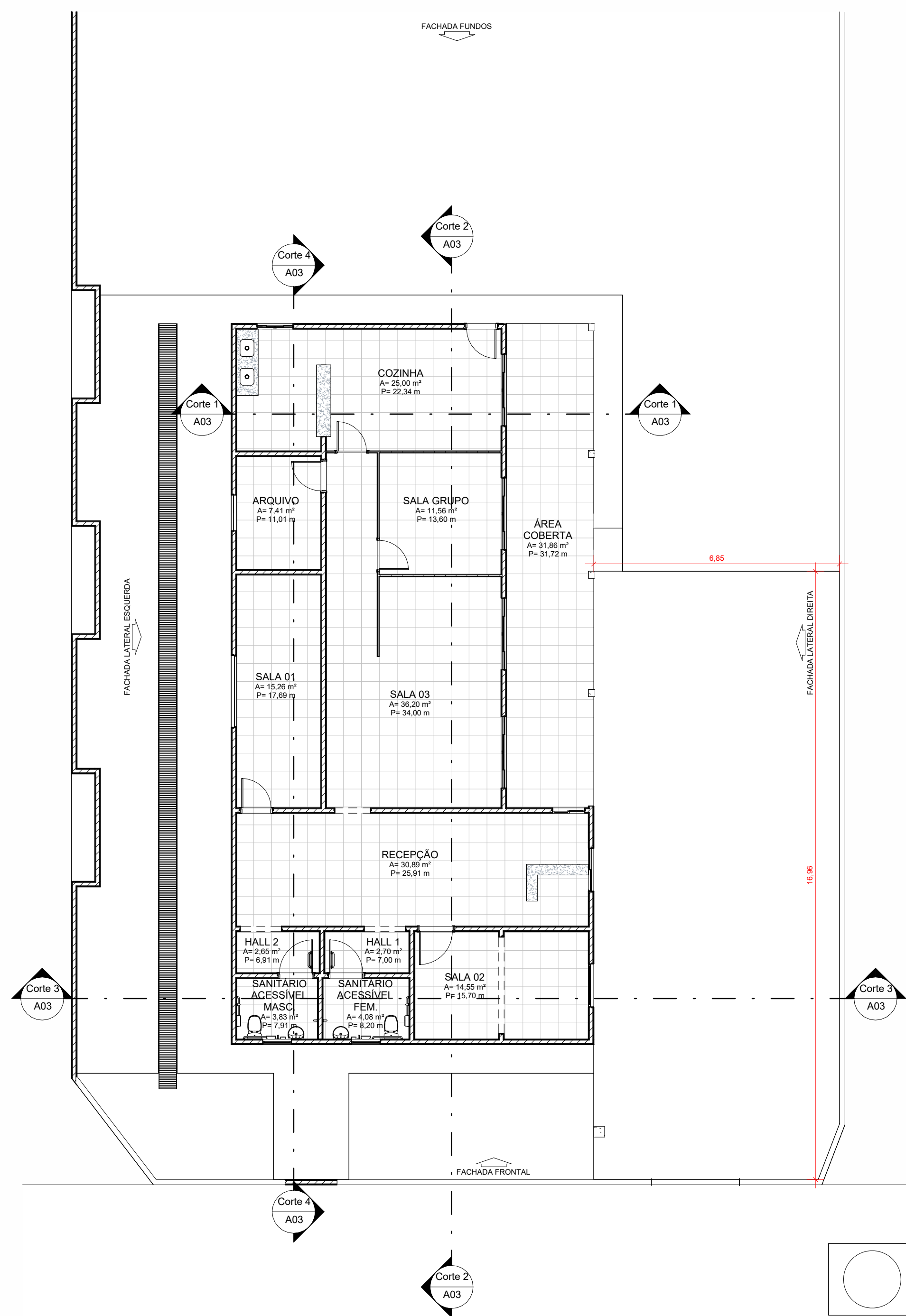
1 PLANTA BAIXA - DEMOLIÇÃO  
1 : 100



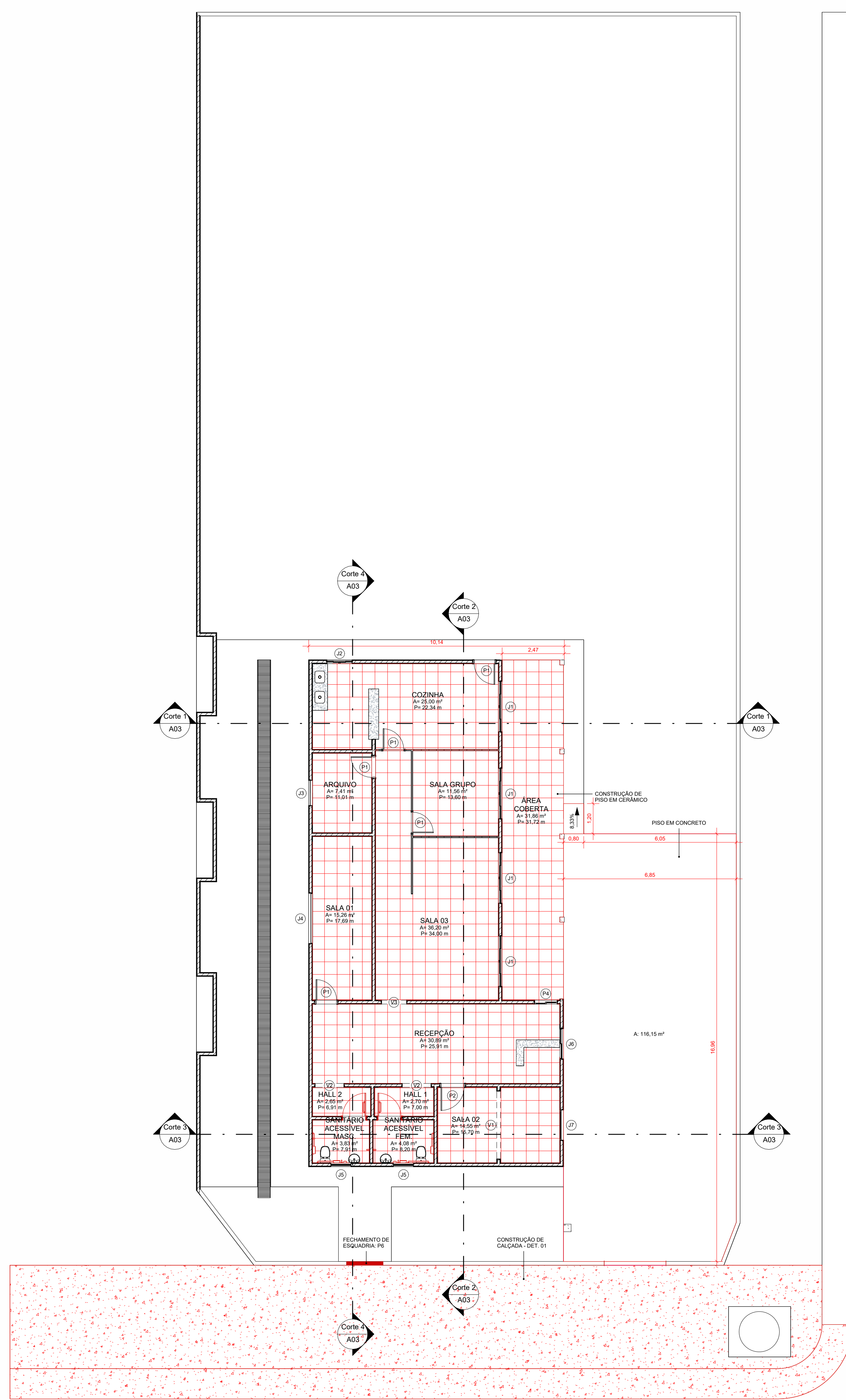
2 PLANTA DE FORRO - DEMOLIÇÃO  
1 : 100



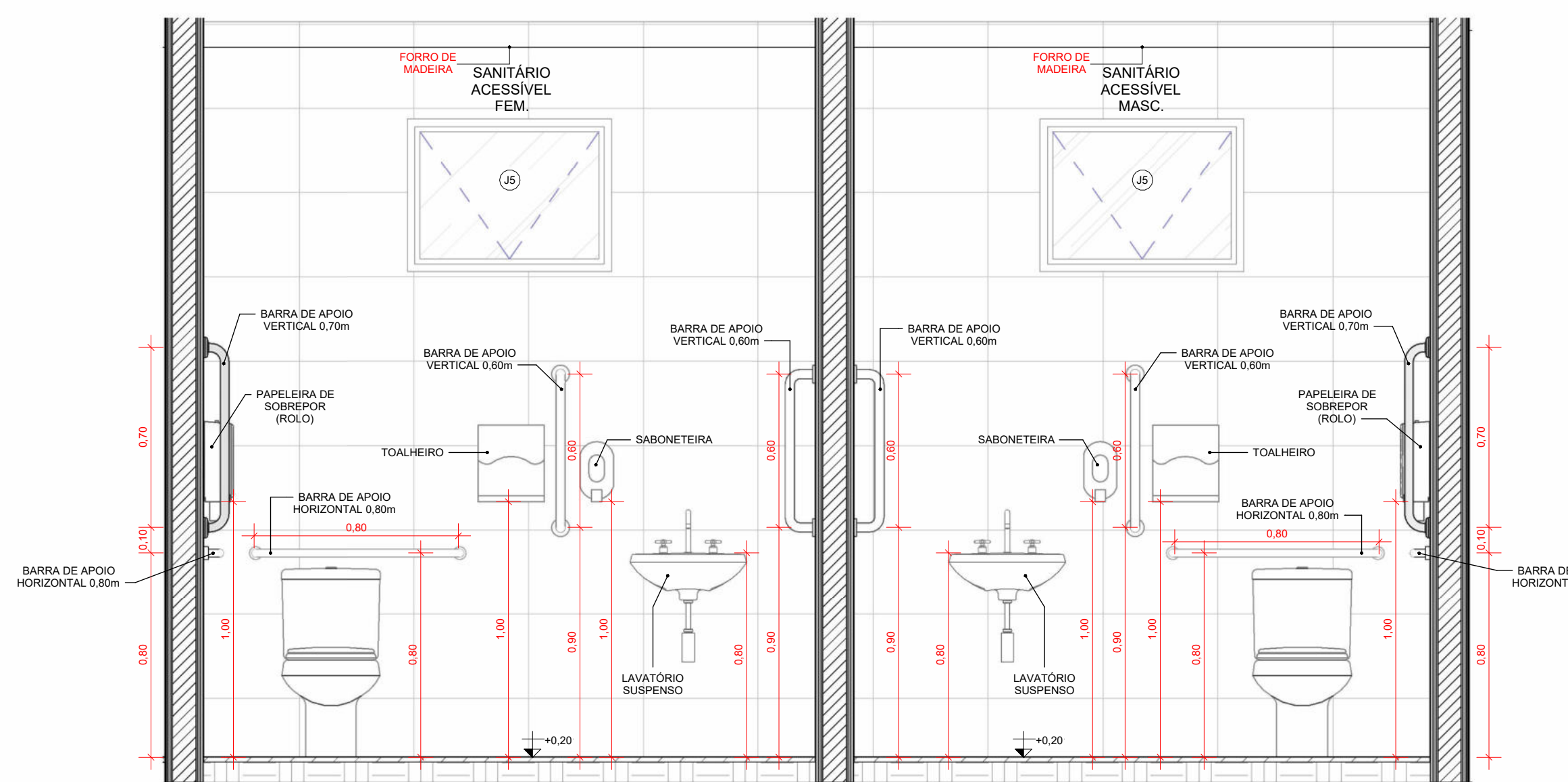
3 PLANTA DE FORRO - CONSTRUÇÃO  
1 : 100



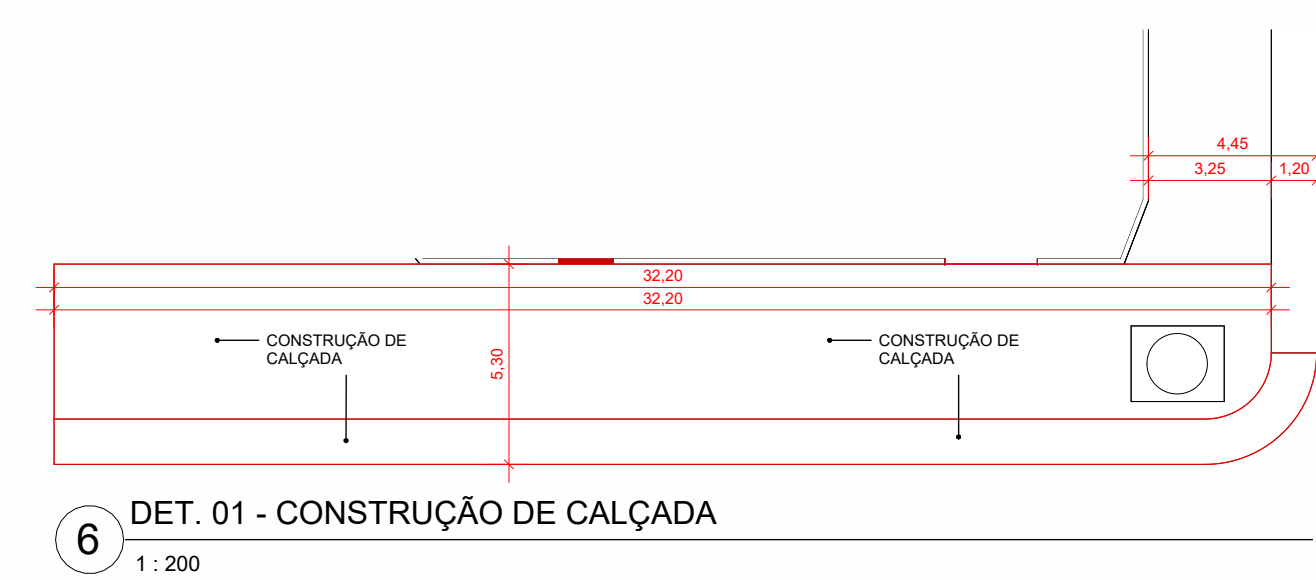
5 PLANTA BAIXA FINAL  
1 : 100



4 PLANTA DE CONSTRUÇÃO  
1 : 100



7 DET. BANHEIROS  
1 : 20



6 DET. 01 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADA  
1 : 200

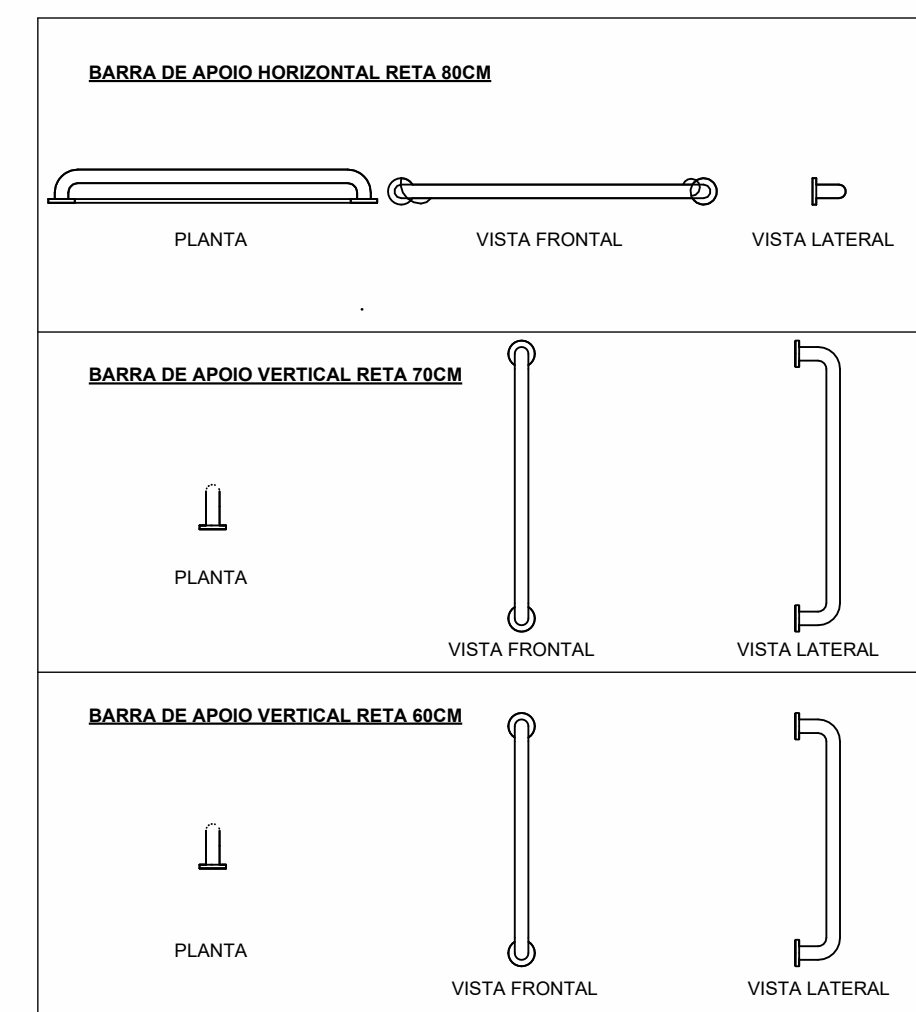


TABELA DE PISO - FINAL			
TIPO	ÁREA	VOLUME	
CALÇADA EXTERNA	344,38 m²	34,44 m³	
CALÇADA INTERNA	116,15 m²	5,81 m³	
Total geral: 7	460,53 m²	40,25 m³	

TABELA DE PORTAS - CONSTRUÇÃO			
CÓDIGO	QUANT	LARGURA	ALTURA
P3	2	0,80	2,10
P7	1	2,45	1,45

TABELA DE FORRO - CONSTRUÇÃO			
TIPO	ÁREA	PERÍMETRO	
FORRO PVC	44,42 m²	134,81 m	

TABELA DE PISO - CONSTRUÍDO			
TIPO	ÁREA	VOLUME	
CALÇADA EXTERNA	173,30 m²	17,33 m³	
CALÇADA INTERNA	116,15 m²	5,81 m³	
CERÂMICA 50 X 50	188,61 m²	3,77 m³	
Total geral: 5	478,06 m²	26,91 m³	

TABELA DE PISO - EXISTENTE			
TIPO	ÁREA	VOLUME	
CALÇADA	193,41 m²	19,34 m³	
CERÂMICA 50 X 50	188,61 m²	3,77 m³	

TABELA DE AMBIENTES			
AMBIENTE	ÁREA	PERÍMETRO	
COZINHA	25,00 m²	22,34	
ARQUIVO	7,41 m²	11,01	
SALA 01	15,26 m²	17,69	
RECEPÇÃO	30,89 m²	29,91	
SALA 03	36,20 m²	34,00	
SALA GRUPO	11,56 m²	13,60	
SALA 02	14,55 m²	15,70	
SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM.	4,68 m²	8,20	
SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC.	3,83 m²	7,91	
HALL 2	2,65 m²	6,91	
HALL 1	2,70 m²	7,00	
ÁREA COBERTA	31,86 m²	31,72	
Total geral: 12	186,00 m²	201,99	

TABELA DE PISO - DEMOLIÇÃO			
TIPO	ÁREA	VOLUME	
CALÇADA	22,33 m²	2,23 m³	
CERÂMICA 50 X 50	188,61 m²	3,77 m³	

TABELA DE FORRO - DEMOLIÇÃO			
TIPO	ÁREA	PERÍMETRO	
FORRO DE MADEIRA	28,14 m²	83,20 m	
FORRO PVC	16,29 m²	51,62 m	

TABELA DE PORTAS - DEMOLIÇÃO			
CÓDIGO	QUANT	LARGURA	ALTURA
P2	2	0,80	2,10
P5	1	2,45	1,70
P6	1	1,45	1,65

TABELA DE ALVENARIA / PAREDES			
MATERIAL	ÁREA	VOLUME	
ALVENARIA	616,34 m²	55,57 m³	
CERÂMICA 33 X 45 cm	45,21 m²	0,45 m³	
CHAPISCO EXTERNO	442,04 m²	2,21 m³	
CHAPISCO INTERNO	788,97 m²	3,94 m³	
DIVISÓRIA NAVAL	33,98 m²	1,70 m³	
MASSA ACRÍLICA EXTERNA	441,75 m²	2,21 m³	
MASSA ACRÍLICA INTERNA	740,19 m²	3,70 m³	
MASSA ÚNICA / EMBOÇO PARA REVESTIMENTO CERÂMICO	48,87 m²	0,73 m³	
MASSA ÚNICA PARA PINTURA EXTERNA	442,04 m²	6,63 m³	
MASSA ÚNICA PARA PINTURA INTERNA	743,63 m²	11,13 m³	
PINTURA EXTERNA LATEX ACRÍLICA	441,87 m²	2,21 m³	
PINTURA INTERNA LATEX ACRÍLICA	740,26 m²	3,70 m³	

<b>SEMPLAN</b> Secretaria Municipal de Planejamento		TIPO: ARQ	ÁREAS: Área Construída: .....203,11 m² Área Cobertura: .....250,12 m²
PROJETO: ARQUITETÔNICO		MODIFICAÇÕES:	
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF		A:	
CONTEÚDO: PLANTA DE DEMOLIÇÃO, PLANTA DE CONSTRUÇÃO, PLANTA DE FORRO DEMOLIÇÃO, PLANTA DE FORRO CONSTRUÇÃO, DETALHAMENTO BANHEIRO E CALÇADA		B:	
LOCAL: AVENIDA MATO GROSSO, N. 3042, BAIRRO DOM BOSCO AO LADO DA UBS DOM BOSCO - JI-PARANÁ/RO		C:	
Nº do Processo: 12638/2023		D:	
REV: 01		E:	
Nº da ART/ART: CAU: A311309-4		Grazieli Gomes Pires	
DIM: METROS		ESQ: Como Indicado	
FOLHA: A02 / TIPO		DATA: Outubro de 2025	





# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	PRANCHA ARQ 02-03	08/10/2025

ID:	2100646	Processo	Documento
CRC:	C619846B		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:24	Finalização:	08/10/2025 08:31:25

MD5: 3E83200FC8FFCE6E77D05D2905129D8F

SHA256: 5E7271EE846609BE35AFE28C225717CDAF699964966AFDFA07512508DC534311

Símbula/Objeto:

PROJETO ARQUITETÔNICO

### INTERESSADOS

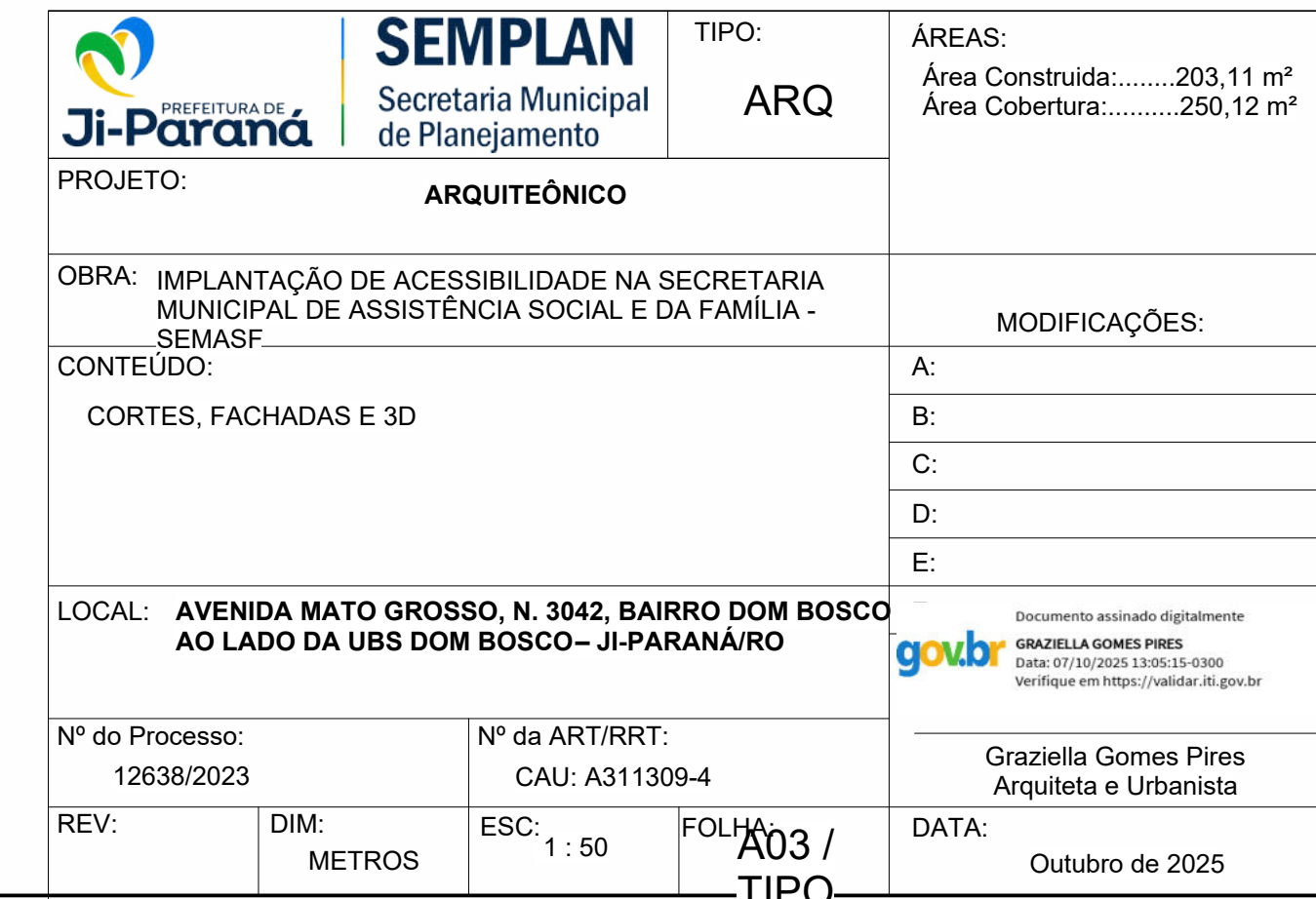
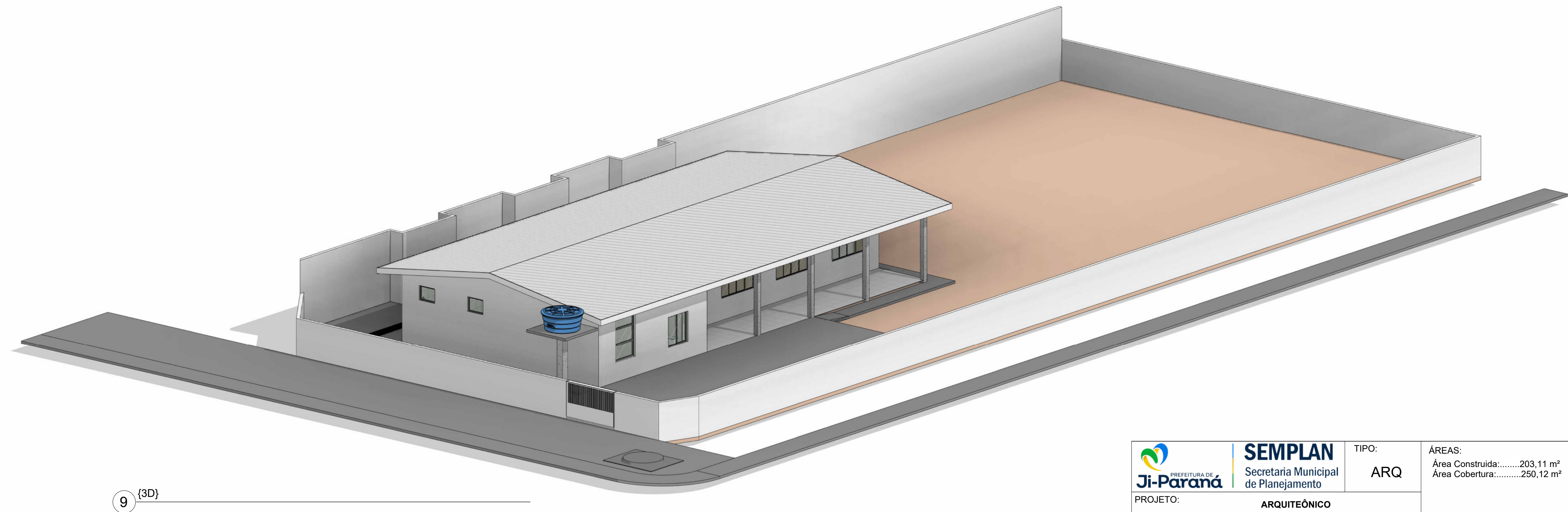
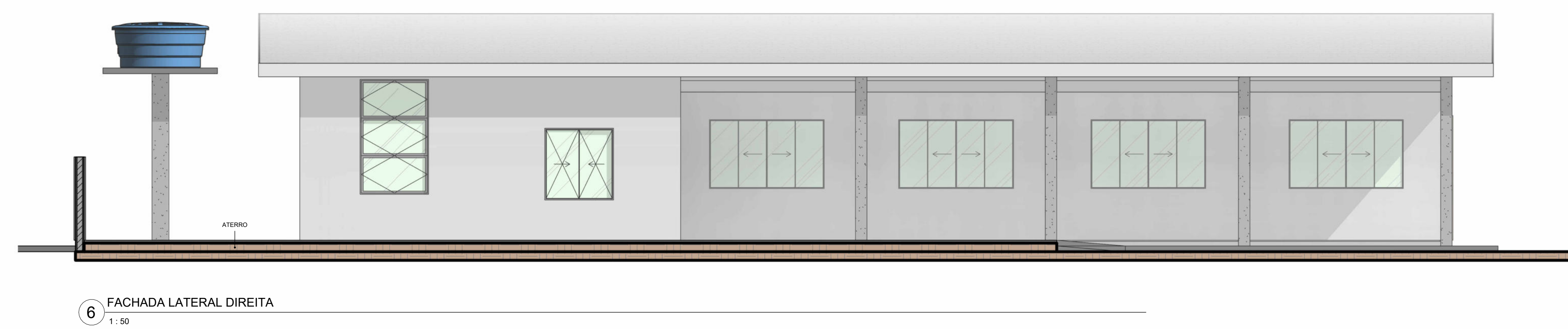
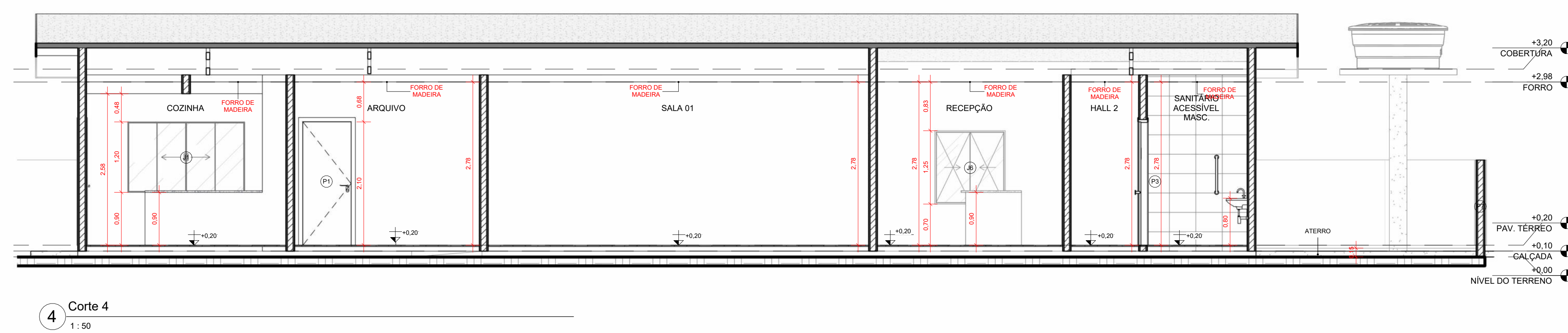
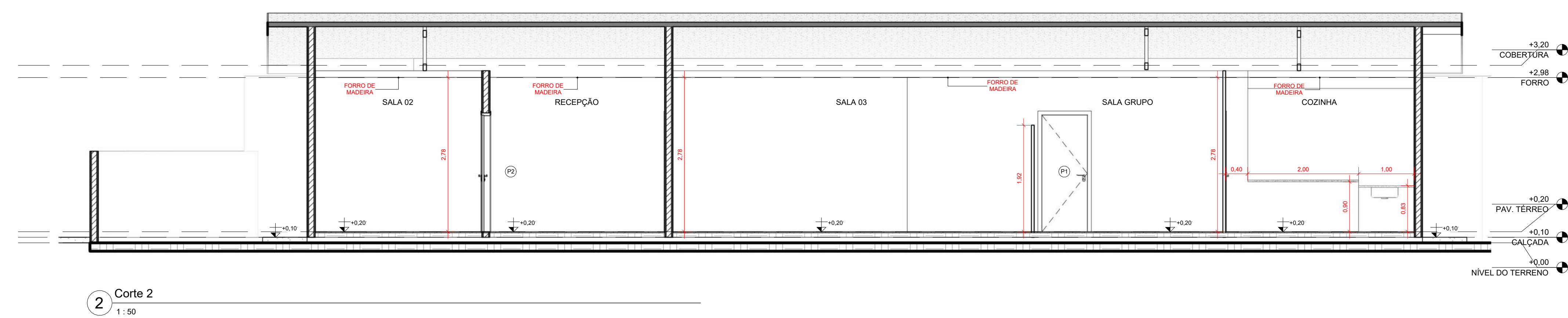
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:24
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:24
--------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100646 e o CRC C619846B.









# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	PRANCHA ARQ 03-03	08/10/2025

ID: 2100647

CRC: F13350D8

Processo: 1-12638/2023

Usuário: GRAZIELLA GOMES PIRES

Criação: 08/10/2025 08:31:25 Finalização: 08/10/2025 08:31:26

Processo



Documento



MD5: FC62EBBF927CBC2B45325077CF7EDBCB

SHA256: AD51ECAF3202B0963659E938461EAC9843953930AD0BD9B792350B2E62EB9D07

Símbula/Objeto:

PROJETO ARQUITETÔNICO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:25
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:25
--------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100647 e o CRC F13350D8.



Obra  
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF

Bancos  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia

B.D.I.  
20,47%

Encargos Sociais  
Não Desonerado: embutido  
nos preços unitário dos  
insumos de mão de obra, de  
acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Quant.	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	1	13.458,33	11,87 %
2	TAXAS E EMOLUMENTOS	1	3.985,33	3,52 %
3	DEMOLIÇÕES	1	8.164,31	7,20 %
4	REFORMA	1	86.983,20	76,72 %
5	LIMPEZA FINAL	1	788,38	0,70 %

Total sem BDI 94.128,23  
Total do BDI 19.251,32  
Total Geral 113.379,55

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025





# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	RESUMO	08/10/2025

ID:	2100656	Processo	Documento
CRC:	D042AD92		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:29	Finalização:	08/10/2025 08:31:29

MD5:	43B19E638F5692529783C657D4BEE326
SHA256:	1888E4C77F85F28B7197F822FAAD7BEE072D44F6C80188897746C1D5859F6D6E

Símbolo/Objeto:  
ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:29
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:29
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:34:28
--	-----------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100656 e o CRC D042AD92.





Obra  
**IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF**

Bancos  
**SINAPI - 08/2025 - Rondônia**

B.D.I.  
**20,47%**

Encargos Sociais  
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
<b>1</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA</b>		<b>1</b>		<b>13.458,33</b>	<b>13.458,33</b>	<b>11,87 %</b>
1.1	CPU - ADM	Próprio	ADM DE OBRA CREA/SEMASF - DOM BOSCO	UN	1	11.171,52	13.458,33	13.458,33	11,87 %
<b>2</b>			<b>TAXAS E EMOLUMENTOS</b>		<b>1</b>		<b>3.985,33</b>	<b>3.985,33</b>	<b>3,52 %</b>
2.1	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1	254,59	306,70	306,70	0,27 %
2.2	9748003 DER-RO 07/2025	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	UN	1	3.053,57	3.678,63	3.678,63	3,24 %
<b>3</b>			<b>DEMOLIÇÕES</b>		<b>1</b>		<b>8.164,31</b>	<b>8.164,31</b>	<b>7,20 %</b>
3.1	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 09/2023	m²	188,61	26,10	31,44	5.929,89	5,23 %
3.2	97632	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 09/2023	M	137,02	2,98	3,59	491,90	0,43 %
3.3	97640	SINAPI	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 09/2023	m²	16,29	2,27	2,73	44,47	0,04 %
3.4	CPU-72236	Próprio	RETIRADA DE FORRO DE MADEIRA EM TABUAS	m²	28,14	17,87	21,52	605,57	0,53 %
3.5	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 09/2023	m³	2,23	110,52	133,14	296,90	0,26 %
3.6	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 09/2023	m²	3,78	10,78	12,98	49,06	0,04 %
3.7	CPU - 97644 (SINAPI 01/2023)	Próprio	REMOÇÃO DE PORTÃO , DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	m²	13,11	10,21	12,29	161,12	0,14 %
3.8	98531	SINAPI	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_ 03/2024	UN	1	407,80	491,27	491,27	0,43 %
3.9	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_ 07/2020	m³	7,28	9,53	11,48	83,57	0,07 %
3.10	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_ 07/2020	M3XKM	8,52	1,03	1,24	10,56	0,01 %
<b>4</b>			<b>REFORMA</b>		<b>1</b>		<b>86.983,20</b>	<b>86.983,20</b>	<b>76,72 %</b>
<b>4.1</b>			<b>REVESTIMENTO DE PISO</b>		<b>1</b>		<b>16.935,29</b>	<b>16.935,29</b>	<b>14,94 %</b>
4.1.1	87257	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_ 02/2023 PE	m²	188,61	74,54	89,79	16.935,29	14,94 %
<b>4.2</b>			<b>REVESTIMENTO DE FORRO</b>		<b>1</b>		<b>4.210,57</b>	<b>4.210,57</b>	<b>3,71 %</b>
4.2.1	96116	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_ 08/2023 PS	m²	44,42	78,69	94,79	4.210,57	3,71 %
<b>4.3</b>			<b>PINTURA</b>		<b>1</b>		<b>30.707,57</b>	<b>30.707,57</b>	<b>27,08 %</b>
4.3.1	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_ 04/2019	m²	1181,93	2,32	2,79	3.297,58	2,91 %
4.3.2	104641	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_ 04/2023	m²	1181,93	10,02	12,07	14.265,89	12,58 %
4.3.3	102488	SINAPI	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_ 05/2021	m²	193,41	3,88	4,67	903,22	0,80 %
4.3.4	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_ 05/2021	m²	460,53	22,07	26,58	12.240,88	10,80 %
<b>4.4</b>			<b>PORTAS</b>		<b>1</b>		<b>9.492,93</b>	<b>9.492,93</b>	<b>8,37 %</b>
4.4.1	CPU - 100675 (SINAPI 01/2023)	Próprio	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE , FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2019	UN	2	2.491,84	3.001,91	6.003,82	5,30 %
4.4.2	CPU- PORTÃO CORRER	Próprio	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM TRILHOS E ROLDANAS	M²	3,55	815,85	982,85	3.489,11	3,08 %
<b>4.5</b>			<b>ACESSÓRIOS</b>		<b>1</b>		<b>4.366,48</b>	<b>4.366,48</b>	<b>3,85 %</b>
4.5.1	95544	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	2	46,77	56,34	112,68	0,10 %
4.5.2	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	2	75,70	91,19	182,38	0,16 %
4.5.3	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	2	340,51	410,21	820,42	0,72 %
4.5.4	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	4	353,15	425,43	1.701,72	1,50 %
4.5.5	100866	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	4	321,51	387,32	1.549,28	1,37 %
<b>4.6</b>			<b>CALÇADAS</b>		<b>1</b>		<b>21.270,36</b>	<b>21.270,36</b>	<b>18,76 %</b>
4.6.1	97087	SINAPI	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_ 09/2021	m²	289,45	2,82	3,39	981,23	0,87 %
4.6.2	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_ 08/2022	m³	14,46	1.060,11	1.277,11	18.467,01	16,29 %
4.6.3	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_ 08/2023	m³	17,42	83,70	100,83	1.756,45	1,55 %
4.6.4	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_ 07/2020	M3XKM	17,42	3,13	3,77	65,67	0,06 %
<b>5</b>			<b>LIMPEZA FINAL</b>		<b>1</b>		<b>788,38</b>	<b>788,38</b>	<b>0,70 %</b>
5.1	CPU- 9537 (SINAPI 04/2022)	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	188,61	3,47	4,18	788,38	0,70 %

**Total sem BDI 94.128,23**  
**Total do BDI 19.251,32**  
**Total Geral 113.379,55**

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025



# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	SISTÊMICO	08/10/2025

ID:	2100657	Processo	Documento
CRC:	7742E9EA		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:29	Finalização:	08/10/2025 08:31:29

MD5: 0BF5056123823DDED3200F84082410F4

SHA256: 349424C8648E988452AC00B428ACB8AF456043E7416629E166921CD8A135FB7D

Símbolo/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:29
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:29
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:35:43
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100657 e o CRC 7742E9EA.

**Obra**  
**IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF**



**SEMPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

		Observações			
Item	Descrição	Und	Quant.	Observações	
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA</b>				
1.1	ADM DE OBRA CREAS/SEMAF - DOM BOSCO	UN	1,0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA COMPOSTA POR: ENGENHEIRO CIVIL= 3Mês X (1h/dia X 1dia/Sem.) X 4 Sem/Mês= 12H  ENCARREGADO= 3Mês X (8h/dia X 5dia/Sem.) X 4 Sem/Mês= 480H	
<b>2</b>	<b>TAXAS E EMOLUMENTOS</b>				
2.1	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1,0	1UN ART DE EXECUÇÃO DE OBRA	
2.2	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	UN	1,0	1UN PCMSO	
<b>3</b>	<b>DEMOLIÇÕES</b>				
3.1	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	188,61	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA - DEMOLIÇÃO E TABELA DE PISO DEMOLIDO: PISO CERÂMICO= 188,61m²	
3.2	DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	137,02	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE DEMOLIÇÃO DE PISO E DEMOLIÇÃO GERAL= (Perímetro - Vãos), como segue:  COZINHA: 22,34 - (0,80+0,80)= 20,74m ARQUIVO: 11,01 - 0,80= 10,2m SALA 01: 17,69 - 0,80= 16,89m RECEPÇÃO: 30,81 - (0,80+1,0+0,90+0,90+1,15+1,15)= 24,91m SALA 03: (9,90+4,87+6,45)= 21,22m SALA GRUPO: 3,40m SALA 02: 15,70 - 0,90= 14,80m HALL 2: 6,91 - (0,90+1,15)= 4,86m HALL 1: 7,00 - (0,90+1,15)= 4,95m ÁREA COBERTA: 13,50m + 2,44 - (0,90)= 15,04m  TOTAL: 137,02m	
3.3	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	16,29	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE FORRO - DEMOLIÇÃO E TABELA DE FORRO DEMOLIDO: FORRO PVC = 16,29m²	
3.4	RETIRADA DE FORRO DE MADEIRA EM TABUAS	m²	28,14	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE FORRO - DEMOLIÇÃO E TABELA DE FORRO DEMOLIDO: FORRO MADEIRA = 28,14m²	
3.5	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	2,23	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA - DEMOLIÇÃO E TABELA DE PISO DEMOLIDO: PISO CALÇADA= 2,23m³	
3.6	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	3,78	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PORTAS DEMOLIDAS: P2= (0,90 X 2,10) X 2 un= 3,78m²	
3.7	REMOÇÃO DE PORTÃO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	m²	13,11	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PORTAS DEMOLIDAS: P5= (1,70 X 2,45) X 2 un= 8,33m² P6= (1,65 X 1,45) X 2un= 4,78m²  TOTAL= 13,11m²	
3.8	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_03/2024	UN	1,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO: 1UN	
3.9	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	7,28	PARA SE OBTER O VOLUME DE ENTULHOS PARA DESCARTE NO BOTA FORA, FOI CONSIDERADO OS ELEMENTOS DE DEMOLIÇÃO DA OBRA SOMADO COM OS 25% DE EMPOLAMENTO, LOGO:  ITEM 3.1= 188,61m² x 0,02m= 3,77m³ ITEM 3.2= 137,02m x 0,07m x 0,02m= 0,19m³ ITEM 3.3= 16,29m² x 0,01m= 0,16m³ ITEM 3.4= 28,14 x 0,02= 0,56m³ ITEM 3.5= 2,23m³ ITEM 3.6= 3,78m² x 0,03m= 0,11m³ ITEM 3.7= 13,11m² x 0,02m= 0,26m³  TOTAL = (3,77+0,19+0,16+0,56+2,23+0,11+0,26)= 7,28m³	
3.10	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3X KM	8,52	CONFORME PROJETO DE LOCAÇÃO E ROTA DO BOTA-FORA, PRANCHA LOC 01/01: OBS.: PARA O TRANSPORTE DOS ENTULHOS ATÉ O BOTA-FORA CONSIDERAR O VOLUME TOTAL DE ENTULHOS (Conforme item 3.7) E MULTIPLICAR PELA DISTÂNCIA.  DISTÂNCIA DA OBRA ATÉ O BOTA FORA= 1,17KM LOGO: 7,28m³ X 1,17KM= 8,52m³/KM	
<b>4</b>	<b>REFORMA</b>				
<b>4.1</b>	<b>REVESTIMENTO DE PISO</b>				
4.1.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023 PE	m²	188,61	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA - CONSTRUÇÃO E TABELA DE PISO CONSTRUÍDO: PISO CERÂMICA= 188,61m²	
<b>4.2</b>	<b>REVESTIMENTO DE FORRO</b>				
4.2.1	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	44,42	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE FORRO - CONSTRUÇÃO E TABELA DE FORRO CONSTRUÇÃO: FORRO PVC= 44,42m²	
<b>4.3</b>	<b>PINTURA</b>				
4.3.1	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	m²	1.181,93	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: TABELA DE ALVENARIA/ PAREDES: PINTURA EXTERNA LÁTEX ACRÍLICA= 441,67m² PINTURA INTERNA LÁTEX ACRÍLICA= 740,26m²  TOTAL= 1.181,93 m²	
4.3.2	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1.181,93	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: TABELA DE ALVENARIA/ PAREDES: PINTURA EXTERNA LÁTEX ACRÍLICA= 441,67m² PINTURA INTERNA LÁTEX ACRÍLICA= 740,26m²  TOTAL= 1.181,93 m²	
4.3.3	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_05/2021	m²	193,41	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: TABELA DE PISO EXISTENTE: CALÇADA EXISTENTE= 193,41m²	



4.3.4	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	460,53	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: TABELA DE PISO FINAL: CALÇADA EXTERNA= 344,38m² CALÇADA INTERNA= 116,15m²  TOTAL= 460.53M²
<b>4.4</b>	<b>PORTAS</b>			
4.4.1	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS:  P3= 2UN
4.4.2	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM TRILHOS E ROLDANAS	M²	3,55	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS:  P7= 2,45m X 1,45m = 3,55m²
<b>4.5</b>	<b>ACESSÓRIOS</b>			
4.5.1	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA FINAL: CONSIDERAR 01 PAPELEIRA EM CADA SANITÁRIO: = 02UN
4.5.2	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA BAIXA FINAL: CONSIDERAR 01 SABONETEIRA EM CADA SANITÁRIO: = 02UN
4.5.3	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS:  SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01 UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01 UN TOTAL= 02UN
4.5.4	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS:  SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 02 UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 02 UN TOTAL= 04UN
4.5.5	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS:  SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 02 UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 02 UN TOTAL= 04UN
<b>4.6</b>	<b>CALÇADAS</b>			
4.6.1	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	m²	289,45	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE CONSTRUÇÃO E TABELA DE PISO CONSTRUÍDO: CALÇADA EXTERNA= 173,30 m² CALÇADA INTERNA= 116,15 m²  TOTAL= 289.45 m²
4.6.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	14,46	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE CONSTRUÇÃO E TABELA DE PISO CONSTRUÍDO: CALÇADA EXTERNA= 173,30m² X 0,05m= 8,66m³ CALÇADA INTERNA= 116,15m² X 0,05m= 5,80m³  TOTAL= 14.46 m³
4.6.3	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	17,42	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER PLANTA DE CONSTRUÇÃO E TABELA DE PISO CONSTRUÍDO: PISO CALÇADA INTERNA= 116,15m² X 0,15m = 17,42m³
4.6.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3X KM	17,42	CONFORME PROJETO DE LOCAÇÃO E ROTA DA JAZIDA. PRANCHA LOC 01/01: OBS.: PARA O TRANSPORTE DESSE MATERIAL ATÉ A EDIFICAÇÃO CONSIDERAR O VOLUME TOTAL DE ATERRO (Conforme item 4.6.3) E MULTIPLICAR PELA DISTÂNCIA.  DISTÂNCIA DA OBRA ATÉ A JAZIDA= 1,0KM LOGO: 17,42m³ X 1,0KM= 17,42m³/KM
<b>5</b>	<b>LIMPEZA FINAL</b>			
5.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	188,61	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/03: VER CARIMBO-QUADRO DE ÁREAS E PLANTA BAIXA CONSTRUIR, CONSIDERAR APENAS OS LOCAIS QUE PASSARÃO POR INTERVENÇÕES: PISO CERÂMICA= 188,61m²

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025





# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	MEMORIA DE CALCULO	08/10/2025

ID:	2100655	Processo	Documento
CRC:	C39DD925		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:28	Finalização:	08/10/2025 08:31:29

MD5: F65F7936A091A0F2AC75251C15055448

SHA256: 81F8052305AAE52FD59AC752372D2CEF977A9DE22D5E9B97C1DAB7257D963C65

Símbulo/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:28
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:28
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:34:13
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100655 e o CRC C39DD925.



**SEMPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

**Composições Analíticas com Preço Unitário**  
**IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF**

**Bancos**  
**SINAPI - 08/2025 - Rondônia**

**B.D.I.**  
**20,47%**

**Encargos Sociais**  
**Não Desonerado: embutido nos**  
**preços unitário dos insumos de**  
**mão de obra, de acordo com as**  
**bases.**

**Composições Analíticas com Preço Unitário**

**Composições Principais**

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU - ADM	Próprio	ADM DE OBRA CREAS/SEMASF - DOM BOSCO	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0000000	11.171,52	11.171,52	
Composição Auxiliar	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	360,0000000	27,08	9.748,80	
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,0000000	118,56	1.422,72	
				MO sem LS =>	10.110,84	LS =>	0,00	MO com LS =>	10.110,84
				Valor do BDI =>	2.286,81			Valor com BDI =>	13.458,33

2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	254,59	254,59	
Insumo	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	Taxas	UN	1,0000000	254,59	254,59	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	52,11			Valor com BDI =>	306,70

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	9748003 DER	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	3.053,57	3.053,57	
Insumo	RO 07/2025 P9851	SICRO3	Médico do trabalho	Mão de Obra	mês	0,1800000	16.964,32	3.053,57	
				MO sem LS =>	3.053,57	LS =>	0,00	MO com LS =>	3.053,57
				Valor do BDI =>	625,06		Valor com BDI =>		3.678,63

Composição	CPU-72236	Próprio	RETIRADA DE FORRO DE MADEIRA EM TABUAS	SERP - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	m²	1,0000000	17,87	17,87	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,5000000	24,85	12,42	
Composição Auxiliar	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2000000	27,29	5,45	
				MO sem LS =>	12,62	LS =>	0,00	MO com LS =>	12,62
				Valor do BDI =>	3,65			Valor com BDI =>	21,52

3.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU - 97644	Próprio	REMOÇÃO DE PORTÃO , DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	m²	1,0000000	10,21	10,21	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,1315300	28,90	3,80	
				MO sem LS =>	7,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	7,25
				Valor do BDI =>	2,08		Valor com BDI =>		12,29

4.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU - 100675 (SINAPI)	Próprio	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO. FOLHA LEVE OU MÉDIA. 90X210. INCLUSIVE FECHADURA COM PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 01/2020	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000	2.491,84	2.491,84	
Composição Auxiliar	100874	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Louças e Metais	UN	1,0000000	321,51	321,51	
Composição Auxiliar	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6870000	27,29	18,74	
Composição	90830	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, CHAPA ACO INOX AISI 304 NUMERO 9 (E = 4 MM), ACABAMENTO NUMERO 4 (BRILHO ALTAQUE 50000)	Esquadrias - Portas	UN	1,0000000	173,21	173,21	
Insumo	00012759	SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	m²	0,7200000	1.143,60	823,39	
Insumo	00038124	SINAPI		Material	UN	1,1620000	32,00	37,18	
				MO sem LS =>	67,46	LS =>	0,00	MO com LS =>	67,46
				Valor do BDI =>	510,07		Valor com BDI =>		3.001,91

4.4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU- PORTÃO	Próprio	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	INES - INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M²	1,0000000	815,85	815,85	
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4570000	28,90	13,20	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2290000	24,85	5,69	
Composição	88627	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:0,5:4,5 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA	Argamassas	m³	0,0120000	868,42	10,42	
MO sem LS =>					15,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	15,49
Valor do BDI =>					167,00			Valor com BDI =>	982,85

5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU- 9537 (SINAPI 04/2022)	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	3,47	3,47	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1400000	24,85	3,47	
				MO sem LS =>	2,42	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,42
				Valor do BDI =>	0,71		Valor com BDI =>		4,18



Total sem BDI	94.128,23
Total do BDI	19.251,32
Total Geral	113.379,55

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025





# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CPU	08/10/2025

ID: 2100653

CRC: 8127CFA6

Processo: 1-12638/2023

Usuário: GRAZIELLA GOMES PIRES

Criação: 08/10/2025 08:31:28 Finalização: 08/10/2025 08:31:28

Processo



Documento



MD5: E1A9412E18765BDB366CF06D25074BB4

SHA256: 4F2A332868DC9419FFA85F40E4B17434476E147880163C022A66F76497873C2A

Símbolo/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:28
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:28
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



GRAZIELLA GOMES PIRES

ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN

08/10/2025 08:33:36

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100653 e o CRC 8127CFA6.



## COMPOSIÇÃO DO BDI

### VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
EDIFICAÇÕES	20,34	22,12	25,00

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	4,00
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	1,23
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
COFINS		3,00		3,00
PIS		0,65		0,65
CPRN		4,50		4,50
ISSQN (**)		2,00-5,00		2,00

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

	Adotado %				
AC: taxa de administração central	4,00				
S: taxa de seguros e garantias	0,80				
R: taxa de riscos	0,97				
DF: taxa de despesas financeiras	1,23				
L: taxa de lucro/ remuneração	6,16	PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	4,50

(\*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013

Logo:

BDI (%) (SEM CPRB) =	20,47
BDI (%) (COM CPRB) =	26,51

OBS.:

(\*\*) - PERCENTUAL DE ISS DESDE DEVIDAMENTE EMBASADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025





# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	BDI	08/10/2025

ID:	2100651	Processo	Documento
CRC:	067B382B		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:27	Finalização:	08/10/2025 08:31:27

MD5: B1D65B8527BD68AC96A05B09E8989020

SHA256: 7CB743450EF24C99682FC2DB24DB3F115C1696C0E4251EA05BD4DF35E92CAE12

Símbula/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:27
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:27
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:32:17
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100651 e o CRC 067B382B.

SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA  
CNPJ: 04.092.672/0001-25



**SEMPPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

**Obra**  
**IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE**  
**ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF**

**Bancos**  
**SINAPI - 08/2025 - Rondônia**

**B.D.I.**  
**20,47%**

**Encargos Sociais**  
**Não Desonerado: embutido nos**  
**preços unitário dos insumos de**  
**mão de obra, de acordo com as**  
**bases.**

**Cronograma Físico e Financeiro**

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	100,00%	12,16%	43,53%	44,31%
		13.458.33	1.636.53	5.858.41	5.963.39
2	TAXAS E EMOLUMENTOS	100,00%	100,00%		
		3.985.33	3.985.33		
3	DEMOLIÇÕES	100,00%	100,00%		
		8.164.31	8.164.31		
4	REFORMA	100,00%		50,00%	50,00%
		86.983.20		43.491.60	43.491.60
5	LIMPEZA FINAL	100,00%			100,00%
		788.38			788.38
Porcentagem			12,16%	43,53%	44,31%
Custo			13.786,17	49.350,01	50.243,36
Porcentagem Acumulado			12,16%	55,69%	100,0%
Custo Acumulado			13.786,17	63.136,18	113.379,55

*[assinado eletronicamente]*  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025



ID: 2100652 e CRC: 52A522A3



# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CFF	08/10/2025

ID: 2100652

CRC: 52A522A3

Processo: 1-12638/2023

Usuário: GRAZIELLA GOMES PIRES

Criação: 08/10/2025 08:31:27 Finalização: 08/10/2025 08:31:28

Processo



Documento



MD5: 9D9A536EF9A08B93AD825543BCB1AA9D

SHA256: 1D2E2C8248733CB97135E4F644E9395AD0FD3FD4AC76098DC6DD85474080DB88

Símbolo/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:27
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:27
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS




GRAZIELLA GOMES PIRES

ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN

08/10/2025 08:32:59

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100652 e o CRC 52A522A3.



**SEMPPLAN**  
Secretaria Municipal  
de Planejamento

**Obra**  
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF

**Bancos**  
SINAPI - 08/2025 - Rondônia

**B.D.I.**  
20,47%

**Encargos Sociais**  
Não Desonerado: embutido nos preços  
unitário dos insumos de mão de obra, de  
acordo com as bases.

Curva ABC de Serviços										
Classif.	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
A	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	Passeios de Concreto	m²	14,46	1.277,11	18.467,01	16,29	16,29
	87257	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	Revestimentos Cerâmicos Internos	m²	188,61	89,79	16.935,29	14,94	31,22
A	104641	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	Pintura Interna	m²	1.181,93	12,07	14.265,89	12,58	43,81
A	CPU - ADM	Próprio	ADM DE OBRA CREAS/SEMASF - DOM BOSCO	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0	13.458,33	13.458,33	11,87	55,68
A	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	Pintura para Pisos e para Sinalização Horizontal e Vertical	m²	460,53	26,58	12.240,88	10,80	66,47
A	CPU - 100675 (SINAPI 01/2023)	Próprio	KIT DE PORTA-FRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE - FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	2,0	3.001,91	6.003,82	5,30	71,77
A	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	188,61	31,44	5.929,89	5,23	77,00
A	96116	SINAPI	FORRO EM REGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	Forros	m²	44,42	94,79	4.210,57	3,71	80,71
B	9748003 DER-RO 07/2025	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0	3.678,63	3.678,63	3,24	83,96
	CPU PORTÃO CORRER	Próprio	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM TRILHOS E ROLDANAS	INES - INSTALAÇÕES ESPECIAIS	M³	3,55	982,85	3.489,11	3,08	87,03
B	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	Limpeza de Obra	m²	1.181,93	2,79	3.297,58	2,91	89,94
B	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	Aterro e Reaterro de Valas	m³	17,42	100,83	1.756,45	1,55	91,49
B	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Louças e Metais	UN	4,0	425,43	1.701,72	1,50	92,99
B	100866	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Louças e Metais	UN	4,0	387,32	1.549,28	1,37	94,36
B	97087	SINAPI	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	Radier, Piso de Concreto e Laje sobre Solo	m²	289,45	3,39	981,23	0,87	95,23
C	102488	SINAPI	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_05/2021	Pintura para Pisos e para Sinalização Horizontal e Vertical	m²	193,41	4,67	903,22	0,80	96,02
	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Louças e Metais	UN	2,0	410,21	820,42	0,72	96,75
C	CPU-9537 (SINAPI 04/2022)	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	188,61	4,18	788,38	0,70	97,44
C	CPU-72236	Próprio	RETIRADA DE FORRO DE MADEIRA EM TABUAS	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	28,14	21,52	605,57	0,53	97,97
C	97632	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	M	137,02	3,59	491,90	0,43	98,41
C	98531	SINAPI	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_03/2024	Supressão Vegetal	UN	1,0	491,27	491,27	0,43	98,84
C	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0	306,70	306,70	0,27	99,11
C	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	2,23	133,14	296,90	0,26	99,37
C	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	Louças e Metais	UN	2,0	91,19	182,38	0,16	99,54
C	CPU - 97644 (SINAPI 01/2023)	Próprio	REMOÇÃO DE PORTÃO , DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	m²	13,11	12,29	161,12	0,14	99,68
C	95544	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPAS, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	Louças e Metais	UN	2,0	56,34	112,68	0,10	99,78
C	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	7,28	11,48	83,57	0,07	99,85
C	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	17,42	3,77	65,67	0,06	99,91
C	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	3,78	12,98	49,06	0,04	99,95
C	97640	SINAPI	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	16,29	2,73	44,47	0,04	99,99
C	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	8,52	1,24	10,56	0,01	100,00

Total sem BDI 94.128,23  
Total do BDI 19.251,32  
Total Geral 113.379,55

[assinado eletronicamente]  
**GRAZIELLA GOMES PIRES**  
Arquiteta e Urbanista - CAU A-311309-4  
Assessora Executiva - SEMPLAN  
Decreto nº 1405/2025





# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CURVA ABC	08/10/2025

ID:	2100654	Processo	Documento
CRC:	B28F77AD		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:28	Finalização:	08/10/2025 08:31:28

MD5: DF48ED87B6F05BE3456F47B42FA9C4FF

SHA256: 55C656939F6E841569906B0FAA64DF45E2DF49871F5B36AAB5B4243DB7CFD585

Símbula/Objeto:

ORÇAMENTO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:28
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:28
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:33:54
--	-----------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100654 e o CRC B28F77AD.

## DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE ORÇAMENTO E PROJETO

Declaro, sob as penalidades da Lei, para fins de comprovação junto a este Órgão, que há compatibilidade entre o orçamento e o projeto enviado, localizado em neste Município, além disso, atesto também, a veracidade das propostas de preço enviadas a este departamento.

**OBRA:** IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF

Ji-Paraná/RO, outubro de 2025

---

*[assinado eletronicamente]*  
**Graziella Gomes Pires**  
**Arquiteta e Urbanista – CAU A-311309-4**  
Assessora Executiva – SEMPLAN  
Matrícula 999567





# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Declaração	DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE	08/10/2025
ID: 2100659	Processo	Documento
CRC: 690598D9		
Processo: 1-12638/2023		
Usuário: GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação: 08/10/2025 08:31:30	Finalização: 08/10/2025 08:31:30	
MD5: FDF1BA59671F22B4AAAC6340D95F0A08		
SHA256: B8B3F9FF2BC254AE2354DF8D2250B7A0FA5BE6B2B40B2821A682A421B890E58C		
Símbolo/Objeto:		
DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE ORÇAMENTO-PROJETO		
INTERESSADOS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO 08/10/2025 08:31:30
ASSUNTOS		
OUTROS		08/10/2025 08:31:30
ASSINATURAS ELETRÔNICAS		
GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:36:43

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100659 e o CRC 690598D9.



## DECLARAÇÃO

Declaro para os Devidos fins que a alternativa adotada para o projeto, neste Município, foi SEM DESONERAÇÃO, pois tornou-se a mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que a meta estipulada, alcançou uma maior área a ser beneficiada.

Em ambas as Planilhas orçamentarias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com que emanam as Leis pertinentes.

**OBRA:** IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF

Ji-Paraná/RO, outubro de 2025.

---

*[assinado eletronicamente]*  
**Graziella Gomes Pires**  
**Arquiteta e Urbanista – CAU A-311309-4**  
Assessora Executiva – SEMPLAN  
Matrícula 999567



# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Declaração	DECLARAÇÃO DESONERADO-ONERADO	08/10/2025

ID:	2100660	Processo	Documento
CRC:	20331AFC		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:30	Finalização:	08/10/2025 08:31:30

MD5:	9B09955E881291F347481809B58C3749
SHA256:	3CF61651AEFA9AD5D011C0CCBDA8732D266D4E5B70DDE89824CD81F0CBC3420D

Símbolo/Objeto:

DECLARAÇÃO DESONERADO-ONERADO

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:30
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:30
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA	GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:36:58
--	-----------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100660 e o CRC 20331AFC.

## DECLARAÇÃO DO USO DO BDI ACIMA DOS QUARTIS

Declaro, sob as penalidades da Lei, para fins de comprovação junto a este órgão, que o BDI adotado se enquadra acima dos quartis mínimos previstos no acórdão 2622/2013 do TCU para o projeto enviado.

**OBRA:** IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF

Ji-Paraná/RO, outubro de 2025

---

*[assinado eletronicamente]*

**Graziella Gomes Pires**  
**Arquiteta e Urbanista – CAU A-311309-4**  
Assessora Executiva – SEMPLAN  
Matrícula 999567



# Município de Ji-Paraná®



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Declaração	DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DO	08/10/2025

ID:	2100658	Processo	Documento
CRC:	DDCD815D		
Processo:	1-12638/2023		
Usuário:	GRAZIELLA GOMES PIRES		
Criação:	08/10/2025 08:31:29	Finalização:	08/10/2025 08:31:30

MD5: BF24DF0313F274DC6882EB3645AE78FB

SHA256: 1DF0B0C7C668FDAAE4C76C6CE997787B4FAECE2FC0A19657CEE249739B0C7CAB

Símbolo/Objeto:

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DO BDI

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	08/10/2025 08:31:29
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	08/10/2025 08:31:29
--------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GRAZIELLA GOMES PIRES	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	08/10/2025 08:36:26
--	-----------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2100658 e o CRC DD815D.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo do Brasil**RRT 16106401**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

## 1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: GRAZIELLA GOMES PIRES

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 032.XXX.XXX-40

Nº do Registro: 00A3113094

## 2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI16106401I00CT001

Data de Cadastro: 01/10/2025

Data de Registro: 09/10/2025

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: INICIAL

Forma de Participação: INDIVIDUAL

### 2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$125,40

Boleto nº 23123853

Pago em: 09/10/2025

## 3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

### 3.1 Serviço 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público

CPF/CNPJ: 04.XXX.XXX/0001-25

Data de Início: 31/10/2025

Data de Previsão de Término: 31/12/2025

#### 3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

Tipo Logradouro: RUA

Logradouro: MATO GROSSO - DE 2483/2484 A 2829/2830

Bairro: DOM BOSCO

CEP: 76907762

Nº: 3042

Complemento: AO LADO DA UBS DOM BOSCO

Cidade/UF: JI-PARANÁ/RO

#### 3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.1.6 - Projeto de adequação de acessibilidade

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Quantidade: 203,11

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 203,11

Unidade: metro quadrado

#### 3.1.3 Tipologia

Tipologia: Assistencial

#### 3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Adequação da acessibilidade da edificação e calçadas: adequação dos banheiros, troca do piso, troca do forro beiral e calçadas da entrada. (203,11m² edificação)

#### 3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



#### 4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
<b>SI16106401I00CT001</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ</b>	<b>INICIAL</b>	<b>01/10/2025</b>

#### 5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

#### 6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista GRAZIELLA GOMES PIRES, registro CAU nº 00A3113094, na data e hora: 2025-10-01 13:54:45, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
RTT - Registro de Responsabilidade Técnica	RTT	10/10/2025

ID: 2108033

CRC: 47B0691C

Processo: 1-12638/2023

Usuário: GRAZIELLA GOMES PIRES

Criação: 10/10/2025 12:15:32 Finalização: 10/10/2025 12:19:41

Processo



Documento



MD5: 763C33D1E9CAC455DDCC6DE9E10CDE01

SHA256: 079ADB155F615F2864C9A498C82138C94BF94A571E49325539FCBE1EFC3D1CA8

Símbula/Objeto:

RTT da reforma da SEMASF

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	10/10/2025 12:15:32
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

OUTROS	10/10/2025 12:15:32
--------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2108033 e o CRC 47B0691C.

**ANEXO III**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-12638/2023 - SEMASF**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a reforma e adaptações de acessibilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Liberdade Assistida - CREAS/LA, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

À

**Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL**  
Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	ACESSIBILIDADE: Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis - instalação de barras de apoio; troca das para largura mínima de 0,90m com barra e chapa de aço inox; Adequação da entrada - fazer calçada para acesso (frente); Adequação da edificação - tocar todo o revestimento do piso e o forro do beiral; Construção da calçada em frente ao prédio em questão.	UND	1	113.379,55	113.379,55
Valor total estimado: R\$ 113.379,55 Cento e treze mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).					

**Observação:**

*Deverão acompanhar a presente proposta, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico financeiro, conforme exigências do edital.*

**Prazo de Execução da Obra:** Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico.

**Local da obra:** Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico



Esta proposta é **VÁLIDA POR xx (conforme Projeto Básico) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

**Dados do Responsável Técnico da Empresa:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função: .....

Registro Profissional: .....

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.º.....

Banco.....

A empresa (**NOME DA EMPRESA**), (nº do CNPJ), sediada (**endereço completo**), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Edital da **Concorrência Eletrônica nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARA** expressamente que:

1. Prestará, sob sua integral responsabilidade, os serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
2. Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa realização do serviço e sua entrega, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
3. Os serviços serão disponibilizados após o recebimento da autorização de início dos serviços.
4. Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.

5. Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
6. Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

### **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**DECLARA AINDA** sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

---

Nome, cargo e assinatura do Responsável Técnico

## ANEXO IV

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- 1.2. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.3. Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa.
- 1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### 2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 1.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 1.2. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 1.3. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF – FGTS**);
- 1.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);
- 1.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a **Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**;
- 1.6. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.7. Regularidade perante a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. **Certidão negativa de falência**, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com emissão de até **90 (noventa) dias** anterior à data da sessão pública;
  - 3.1.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 3.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

3.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

3.2.2. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada de forma objetiva pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **maiores que 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

#### 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL

4.1. **Qualificação Técnica Profissional:** A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissional (is) devidamente habilitado (s) e registrado (s) no respectivo conselho de classe, que seja (m) responsável (is) pela execução do objeto licitado.

4.1.1. A comprovação deverá ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, referente à **execução de serviços de natureza similar ao objeto desta contratação.**

4.1.2. Para fins da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

4.1.2.1. Carteira de Trabalho

4.1.2.2. Contrato Social

4.1.2.3. Contrato de prestação de serviços

4.1.2.4. Contrato de Trabalho registrado na DRT

- 4.2. **Qualificação Técnica Operacional:** Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove “aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes **a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.**
- 4.3. Todavia, visando assegurar a competitividade do certame e a razoabilidade da exigência, sem prejuízo da seleção de empresas tecnicamente aptas, estabeleceu-se o percentual de **30% (trinta por cento)** como quantidade mínima a ser comprovada para cada uma dessas parcelas relevantes.
- 4.4. Justifica-se, ainda, a adoção do critério de maior relevância técnica em detrimento da aplicação do critério baseado exclusivamente no valor significativo, uma vez que este último poderia levar à exigência de comprovação de experiência em serviços que, embora representem parcela igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, **não possuem efetiva complexidade técnica nem são determinantes para a aferição da aptidão do licitante quanto à execução do objeto principal.** A imposição de atestados relativos a tais itens, cuja execução é simples e comum, seria desproporcional e desnecessária, além de representar possível restrição à competitividade, afastando empresas plenamente qualificadas para os serviços tecnicamente mais relevantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT 30%
1	4.1.1 REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	M²	56,58
2	4.6.2 EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M³	4,34

- 4.5. A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes, a qual deverá ser apresentada nos documentos de habilitação, será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ACT) registrado no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), conforme a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a Resolução CAU nº 243/2023 e o art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.6. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) de execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às

parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

- 4.7. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação, mediante atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, comprovando execução de serviços equivalentes com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8. Será admitida a soma de atestados provenientes de obras ou serviços tecnicamente compatíveis, executados para contratantes distintos, desde que todos estejam registrados no CREA ou CAU, com as respectivas ART/RRT e que, somados, comprovem a capacidade técnica exigida.
- 4.9. As licitantes poderão apresentar, juntamente com os atestados:
  - 4.9.1. Planilhas de execução dos serviços;
  - 4.9.2. Contrato de subempreitada ou subcontratação;
  - 4.9.3. Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) de execução;
  - 4.9.4. Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) de execução;
- 4.10. Quaisquer outros documentos idôneos que permitam comprovar e verificar, de forma legítima, a efetiva execução dos quantitativos declarados ou qualquer outro documento apto que demonstre o quantitativo mínimo exigido, desde que registrados através da CAT com registro de atestado pelo órgão competente conforme art. 67, do §1º e 2º, da Lei n. 14.133/2021.
- 4.11. Observações importantes quanto à apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica:
  - 4.11.1. O(s) atestado(s) deverão conter identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço e telefone), nome e função do signatário, descrição detalhada do serviço, local de execução, prazos, valores e o número da ART ou RRT correspondente, conforme Resolução CONFEA nº 1.137/2023 e Resolução CAU nº 243/2023.
  - 4.11.2. Quando emitido por órgão ou entidade pública, deverá constar o cargo e matrícula do servidor emissor.
  - 4.11.3. Os atestados devem conter a empresa licitante como contratada, devidamente registrados no CREA ou no CAU, conforme a natureza da atividade, em conformidade com o inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, de modo a possibilitar a verificação da execução da parcela de maior relevância, ainda que mediante a soma de quantitativos, observados os critérios técnicos definidos no edital.
  - 4.11.4. A Administração, por meio da Comissão de Licitação ou servidor designado, poderá diligenciar junto à entidade emissora ou consultar registros no CREA/CAU para certificação da veracidade das informações, sujeitando o emissor às penalidades legais em caso de informações inverídicas.
  - 4.11.5. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do número da ART que lhe deu origem e acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- 4.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de



inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

- 4.13. A empresa deverá apresentar, na fase de habilitação, as certidões de registro e de quitação dos profissionais e da própria pessoa jurídica perante o CREA/CAU, devendo tais documentos permanecer válidos na data da proposta e durante toda a execução contratual.
- 4.13.1. Na hipótese de a licitante possuir registro em órgão profissional competente de outro Estado, deverá providenciar, caso venha a ser declarada vencedora do certame, o visto correspondente perante o órgão da jurisdição local.
- 4.14. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro técnico permanente profissional de nível superior legalmente habilitado em Engenharia Civil e/ou Arquitetura, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), conforme a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a Resolução CAU nº 243/2023 e o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.15. O profissional indicado deverá possuir vínculo com a empresa licitante, comprovado por contrato social, CTPS, vínculo societário, contrato de prestação de serviços ou ART/RRT de cargo e função.
- 4.16. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 4.17. A empresa deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, conforme anexo VI, atestando conhecimento pleno das condições locais de execução da obra, conforme o art. 63 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser substituída pela visita técnica presencial se assim definido no edital e apresentar Atestado de Visita Técnica, assinado pelo responsável técnico da empresa e Engenheiro da Prefeitura, atestando o conhecimento do local e suas peculiaridades regionais.
- 4.17.1. A visita técnica deverá ser efetuada pelo engenheiro responsável técnico mediante comprovação da certidão do CREA, e deverá ser agendada.
- 4.18. **Declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramentas, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação** e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos;

**ANEXO V**

**DECLARAÇÕES**

A **Empresa** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **CNPJ** n. n.xxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço ..... devidamente credenciada no sistema ComprasGov, nos termos do edital, por intermédio do seu representante legal, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, que pratica todos os atos referentes ao procedimento mediante chave de acesso, apresenta, sob as penalidades da lei, as declarações a seguir:

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO  
REFERÊNCIA**

Declara que não possui, em seu quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau, e/ou não possui cônjuge ou companheiro (a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto no inciso "VI", art. 68, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III e IV DO  
ART. 1º E NO INCISO III ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE  
CARGOS**

Declara, para fins do disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que os serviços são prestados por empresa que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com



deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES  
CONTIDAS NO EDITAL**

Declara, para os devidos fins que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus anexos.

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declara que considerou o seu faturamento atualizado, até 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta e que a empresa \_\_\_\_\_ (*preencher com 'possui' ou 'não possui'*), sócios em comum com outras empresas.

*(Caso possua sócios em comum com outras empresas preencher quadro abaixo)*

Os sócios em comum são:

Sócios	Empresa	CNPJ n.

Foi conferida a receita bruta global das empresas com sócios em comum até a data de 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta, a fim de verificar se o valor é superior aos limites de ME/EPP, conforme prever o inciso V, § 4º, Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Sendo assim, esta empresa \_\_\_\_\_ (*preencher com 'encontra-se' ou 'não se encontra'*) enquadrada no conceito de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Responsável ou Representante Legal da Empresa

ANEXO VI

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atestamos para fins de comprovação conforme exigido no **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**, que o Sr.(a) \_\_\_\_\_, Engenheiro(a)/Arquiteto(a), registrado no CREA/CAU sob o N° \_\_\_\_\_, na qualidade de Profissional Responsável Técnico do quadro técnico da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ N° \_\_\_\_\_, compareceu no local onde será executada as obras/serviços, e tomou pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução da mesma, acompanhado do Engenheiro(a) \_\_\_\_\_ designado(a) pela Secretaria Municipal de Planejamento.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura – Engenheiro (a) – Prefeitura do Município de Ji-Paraná

\_\_\_\_\_  
Assinatura - Profissional Responsável Técnico da empresa

*OU*

**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n°. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável técnico (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ registrado(a) no CREA/CAU sob o N° \_\_\_\_\_, e/ou do(a) seu/sua representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n°. \_\_\_\_\_ e do CPF n°. \_\_\_\_\_ DECLARAM abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avanços técnicos ou financeiros, isentando a Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico (a) e/ou Representante legal da licitante

**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A REFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ,  
POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representada pelo [cargo e nome], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], conforme consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais artefatos anexados aos autos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Projeto Básico;
- 1.3.2. Edital de Licitação da Concorrência Pública
- 1.3.3. A Proposta e Planilhas do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) DIAS** contados do(a) **contados a partir da emissão da ordem de serviço, incluindo o prazo para medições, atestação e formalização do recebimento definitivo**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;



- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;



- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 9.47.3. florestas plantadas; e
  - 9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
  - 9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
  - 9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152

- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do **ANEXO I - Projeto Básico**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

*Ficha:*

*Unidade:*

*Funcional:*

*Cat. Econômica:*

*Código de Aplicação:*

*Fonte de Recurso:*

*Fonte STN:*

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



## PARCELAS SOBRE AS QUAIS OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA SERÃO EXIGIDOS

No âmbito da licitação destinada à contratação da obra pública referente ao **Projeto de Implantação de Acessibilidade na Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 12638/2023**, cumpre esclarecer que, nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a comprovação da qualificação técnico-operacional dos licitantes, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, deve restringir-se às parcelas do objeto consideradas de maior relevância técnica ou de valor significativo.

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

No presente caso, em que se trata da execução da **Implantação de Acessibilidade na SEMASF**, optou-se pela aplicação do critério de **MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA** como parâmetro para definição dos itens significativos da obra. Tal escolha justifica-se pelo fato de que, embora a intervenção não se caracterize como uma obra de elevada complexidade técnica, trata-se de uma obra de reforma que possui suas peculiaridades, exigindo atenção especial durante a execução para garantir a qualidade final dos serviços.

Dessa forma, foram identificadas as parcelas do objeto que correspondem a esses serviços tecnicamente relevantes, as quais fundamentam a exigência de comprovação de aptidão técnica operacional nos termos da legislação vigente.

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

Todavia, visando assegurar a competitividade do certame e a razoabilidade da exigência, sem prejuízo da seleção de empresas tecnicamente aptas, **estabeleceu-se o percentual de 30%**





**(trinta por cento) como quantidade mínima a ser comprovada para cada uma dessas parcelas relevantes.**

Ressalta-se que tal percentual atende ao princípio da proporcionalidade e está em consonância com a legislação vigente, além de observar as peculiaridades de uma obra de reforma. Nesse contexto, destacam-se serviços como o revestimento cerâmico 60x60, cuja execução exige preparo adequado da base, correto assentamento das peças, alinhamento, nivelamento e aplicação apropriada de argamassa colante e rejunte, de modo a garantir acabamento uniforme, aderência e durabilidade do revestimento. Da mesma forma, a execução de passeio (calçada) ou piso em concreto moldado in loco requer atenção a etapas como preparação e compactação do subleito, lançamento, adensamento, nivelamento, acabamento superficial e cura do concreto, fatores que influenciam diretamente na resistência, na regularidade do piso e no atendimento às normas de acessibilidade.

Justifica-se, ainda, a adoção do **critério de maior relevância técnica** em detrimento da aplicação do critério baseado exclusivamente no valor significativo, uma vez que este último poderia levar à exigência de comprovação de experiência em serviços que, embora representem parcela igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, **não possuem efetiva complexidade técnica nem são determinantes para a aferição da aptidão do licitante quanto à execução do objeto principal**. A imposição de atestados relativos a tais itens, cuja execução é simples e comum, seria desproporcional e desnecessária, além de representar possível restrição à competitividade, afastando empresas plenamente qualificadas para os serviços tecnicamente mais relevantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT 30%
1	4.1.1 REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	M²	56,58
2	4.6.2 EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	M³	4,34

Ji-Paraná, 11 de março de 2026.

*(assinado digitalmente)*

TAINÁ FROES LINHARES

CREA: 20099-D/RO

Engenheira Civil

Matrícula n.º 999232

Assessora Técnica de Engenharia




# Município de Ji-Paraná®

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Documentos	PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA	11/03/2026
ID: 2506778	Processo	Documento
CRC: 139E2765		
Processo: 1-12638/2023		
Usuário: TAINA FROES LINHARES		
Criação: 11/03/2026 11:48:02	Finalização: 11/03/2026 11:48:02	
MD5: BE11EE196FABE0C828F888E50CD3707		
SHA256: C2340663FC8EFC1F5AD1393D448650FB976CAB9ECC1129A4F77B58A5650DC0E8		
Símbulo/Objeto:		
Parcela de maior relevância técnica		
INTERESSADOS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO 11/03/2026 11:48:02
ASSUNTOS		
OUTROS		11/03/2026 11:48:02
ASSINATURAS ELETRÔNICAS		
 TAINA FROES LINHARES	ASSESSOR (A) TÉCNICO DE ENGENHARIA - SEMPLAN	11/03/2026 12:06:51

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2506778 e o CRC 139E2765.